

ancestralidade
e tecnologia



TECNOLOGIA

por Carlos Alexandre Rodrigues Pereira

Embora eu tenha estudado, desde muito cedo, e me formado no que se convencionou chamar de campo da tecnologia, somente nos últimos quatro anos é que eu consegui refletir mais profundamente sobre o que é tecnologia. Apesar dessa reflexão ter começado pelas perspectivas ocidentais, tenho buscado pensar a tecnologia a partir de matrizes civilizatórias originárias, tanto africanas quanto das américas.

A tecnologia, dentro da matriz civilizatória do ocidente (marcada pela ordem capitalista e seus modos de vida onde a cidade é espaço privilegiado de manifestação) aparece, muitas vezes, como o conjunto de conhecimentos sobre os processos e sobre as formas de executá-los, ou ainda como a teoria e a ciência da técnica e das habilidades de fazer ou produzir algo (FRIGOTTO, 2009).

Quando pensamos nos artefatos dessa tecnologia, logo nos vem em mente as máquinas, equipamentos e aparelhos que usamos no dia a dia. Também aparece logo a imagem das tecnologias digitais que, mesmo não sendo, no todo, materiais, possuem uma interface visível e palpável que lhes confere materialidade, ou pelo menos, nos oferecem uma noção de espaço ou lugar

onde elas funcionam. Além disso, quando pensamos nos espaços de produção dessas tecnologias, logo nos vêm à cabeça universidades, grandes centros de pesquisa, laboratórios e oficinas, locais onde determinadas pessoas pensam, criam e testam essas tecnologias. Em muitas universidades, os Centros de Tecnologia concentram atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas a engenharia em suas múltiplas vertentes e denominações. Também por essa matriz ocidental, quando pensamos no lugar para onde vão essas tecnologias, primeiro aparece o mercado, onde essas tecnologias serão comercializadas, seja para servir de insumo para a fabricação de bens ou para a prestação de serviços, seja para uso pelos consumidores.

Nessa lógica que envolve o mercado, há a preocupação de como os conhecimentos e técnicas inerentes a determinado produto ou serviço vão ser protegidos e comercializados, pois uma coisa é pagar pelo produto final, outra é pelo direito de uso da tecnologia inerente a esse produto: surgem as patentes e, com elas, conceitos como “*know how*” (saber fazer, expertise), propriedade intelectual, licença de uso, inovação e exclusividade de exploração no mercado; conceitos que vão se tornando cada vez mais difundidos e conhecidos.

Pessoas que estudam tecnologia chamam essa tecnologia configurada para interesses do capital e para manutenção da ordem capitalista de *tecnologia convencional*. Para manter a ordem capitalista, a tecnologia precisa reproduzir e reforçar a lógica: da propriedade privada; da acumulação de riqueza (que contribui pra existência de alguns mega-ricos e de milhares de extremamente pobres); da exploração da mão de obra por parte de quem detém os meios de produção; entre outros. Estas questões estão ligadas a desigualdades sociais, econômicas e ambientais que condicionam a vida das pessoas e, de modo muito incisivo, a vida da classe operária, dificultando o alcance do desenvolvimento social equitativo. Dessa forma, percebemos que, no mundo capitalista, desenvolvimento tecnológico não significa, necessariamente, desenvolvimento social (Pereira, 2021).

Grandes capitalistas (não apenas industriais) acumulam riquezas e também poder, e acabam influenciando muito o rumo de pesquisas em tecnologia e inovação, definindo prioridades e também determinando competências para profissionais da área. Assim, os currículos da chamada “área tecnológica” acabam orientados para os interesses do mercado. Isso foi um dos motivos que levou, ao longo do tempo, a uma crítica da tecnologia e da reflexão sobre sua neutralidade, sua capacidade de melhorar a vida da massa e de resolver os problemas socioambientais, além da busca de novas teorias que pudessem fomentar novas alternativas para o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento social.

Em uma dessas reflexões, Frigotto (2009) apresenta a tecnologia como uma prática social. Sendo assim, ela estaria sujeita às

influências das concepções e preferências econômicas, políticas, sociais, culturais e, ainda, educacionais dos grupos e camadas sociais com maior poder de decisão sobre as coisas. Entender a tecnologia como prática social abre oportunidade, inclusive, para pensar formas de utilizá-la para mudar as estruturas opressoras das camadas sociais com menor poder de decisão, à medida que essas camadas aproveitam de brechas do sistema posto e se apropriam das tecnologias existentes, utilizando-as em seu benefício. De fato, percebemos que movimentos e iniciativas contra-hegemônicas têm surgido, buscando pensar e produzir tecnologia voltada para o desenvolvimento social e para a redução de iniquidades, resgatando uma função social da tecnologia.

Exemplo disso são as *tecnologias alternativas*, que têm sido utilizadas para conter as consequências negativas da ordem capitalista e dos seus modos de vida. Utilizar tecnologias alternativas têm servido, inclusive, para apontar que uma outra ordem é possível para o ocidente capitalista, aproveitando-se das suas brechas e rachaduras cada vez mais profundas.

Nos escritos que falam de tecnologia alternativa vamos encontrar que esse grupo é composto por: *tecnologias de impacto social*, *tecnologias de inclusão social*, *tecnologias sociais*. O que diferencia uma da outra é, talvez, o grau de autonomia das partes envolvidas, o potencial de resolver iniquidades (que são desigualdades evitáveis, injustas e desnecessárias), o grau de participação das partes envolvidas no desenho, aplicação e partição dos benefícios gerados. O que todas elas têm em comum é a base de pensamento, que é a ciência ocidental que, por sua vez, é pensada e construída a partir da matriz civilizatória do

ocidente. Esse é um ponto importante para conversarmos. A base teórica dos processos educacionais é definida a partir dessa mesma matriz civilizatória do ocidente capitalista. Os currículos vão ficando, dessa forma, muito detidos às produções da ciência ocidental, vide que os seus quadros de referência são compostos majoritariamente, e muitas vezes quase que exclusivamente, por pensadores do ocidente (e se formos pensar isso num recorte de raça e gênero, perceberemos que estes pensadores são, maioria das vezes, homens, cis-hetero-normativos, endossexuais e brancos): Isso ocorre desde a educação infantil até o doutoramento.

A universidade, por exemplo, que se coloca como lugar de pluralidade de ideias, considera muito pouco em seus quadros de referência produções vindas de outras matrizes civilizatórias (não falamos aqui de utilizar, por exemplo, o trabalho de uma pessoa negra que foi produzido na lógica da ciência ocidental – o que já seria um grande avanço – mas sim da utilização do trabalho de uma pessoa negra produzido a partir da lógica das ciências africanas, oriundas de matrizes civilizatórias africanas; perceba a diferença!).

É por isso que considero importante incluir no rol das tecnologias alternativas as *tecnologias tradicionais*, que são as tecnologias criadas por povos e comunidades tradicionais. Por serem, maior parte delas, tecnologias criadas a partir de suas próprias ciências que, por sua vez, partem de suas próprias matrizes civilizatórias e cosmopercepções, se configuram como a única forma de tecnologia alternativa que nasce de outras perspectivas de mundo, de outras bases de interação com o mundo, que não seja a matriz ocidental capitalista.

Abrir espaço nas universidades para se debater tecnologias tradicionais é uma forma de incluir em seu quadro de referência elementos que vêm de outras matrizes civilizatórias, que possuem formas igualmente válidas de produzir ciência e tecnologia.

Tecnologias tradicionais numa perspectiva histórica de longa duração

Abordar tecnologias tradicionais implica não somente em falar do que tem sido feito e pensado por comunidades e povos tradicionais, falar de sua produção em si, de antes e de hoje. É necessário recontar a história humana numa perspectiva de longa duração a partir de marcos próprios dessas sociedades, dando os devidos créditos às suas criações em cada tempo e território, como nos convida a fazer Carlos Moore, em seu livro “A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro” (2010). É uma forma, inclusive, de se promover justiça histórica e cognitiva para com povos originários.

Isso significa recontar a própria história do desenvolvimento humano enquanto espécie e voltar no tempo a cerca de, pelo menos, sete milhões de anos. Alguns vão dizer que isso não faz sentido porque nessa época eram outras espécies que existiam, as quais deram origem a nossa (*Homo sapiens sapiens*). Mas, se a epigenética estiver certa em dizer que nossas células guardam memórias, nossas e de nossos antepassados, fará sentido esse retorno, até para entender que nossa inteligência, inventividade e criatividade carrega memória também dessas espécies que nos deram origem. Posso citar um exemplo disso, algo que me chamou muito atenção, uma notícia veiculada em 2021, no

auge da pandemia de Covid 19 ([ref](#)): uma matéria que falava dos resultados de uma pesquisa realizada por institutos da Alemanha e da Suécia, que evidenciava que alguns genes herdados dos neandertais poderiam favorecer a resposta imunológica e proteger da Covid, estimando-se que 2% do DNA de europeus e asiáticos é procedente dos neandertais!

Antiguidade pré-histórica (7.000.000 – 2.500.000 anos antes do nosso tempo)

Sete milhões de anos! É muita coisa. É dessa época o fóssil mais antigo conhecido de uma espécie que deu origem aos humanos, um *Sahelantropo Chadense*, encontrado onde hoje é o Chade, no continente africano. Eu nem consigo imaginar como era o mundo nessa época. Mas acredita-se que os continentes continuavam a se mover, resultando na formação de cadeias montanhosas como os Himalaias, por exemplo, que são dessa época. Então, foi um período de grande mudança no relevo da Terra.

O processo de resfriamento gradual que a Terra passou também nessa época contribuiu para que o gelo se acumulasse nos Polos e que o nível dos oceanos estivesse mais baixo que antes. Foi também nesse período que florestas tropicais e savanas se desenvolveram, o que foi ótimo pra vida dos hominídeos da época, que pouco tempo passavam na terra ou caminhando; ficavam mais, acredita-se, sobre as árvores. Mas por que estamos falando disso?

Porque falar de tecnologia é falar do próprio processo de desenvolvimento humano no planeta e, numa perspectiva histórica de longa duração, vamos ter que voltar ao continente africano, nessa época, onde começou a vida dos primeiros hominídeos que se tem conhecimento.

E onde queremos chegar com isso? No entendimento de que por mais *high tech* e por mais de ponta que seja a tecnologia do ocidente ela deve prestar tributos às sociedades originárias, pois se elas não tivessem, por exemplo, desenvolvido tecnologias para dominar o fogo, ou desenvolvido tecnologias de fusão de metais e criação de ligas, acredito que nenhuma das tecnologias do nosso tempo seria possível.

Então vamos voltar aos primórdios da nossa experiência na Terra. Já pensou em qual deve ter sido a primeira tecnologia desenvolvida? Difícil pensar nisso. Facas? Armas? Aparece muito disso nos livros, inclusive como parâmetro pra demarcar as eras (pedra lascada, pedra polida, e por ai vai). Mas tem um artigo, escrito por Ursula K. Le Guin (1), mulher branca estadunidense e escritora, que chama a atenção para algo interessante. Ela escreve assim ([ref](#)):

“Se você não tem algo onde guardá-la, a comida escapará (...). Enquanto estão ao alcance das mãos você coloca tantos grãos quanto é capaz em seu estômago, sendo este o

(1) Título original: The Carrier Bag Theory of Fiction (1986). In: *Dancing at the Edge of the World – Thoughts on Words, Women, Places* (1989). Ed. Grove Press. Tradução: Priscilla Mello. Revisão: Ellen Araujo e Marcio Goldman



Cestaria indígena
Origem desconhecida
Fotografia por Carlos Pereira, 2024

primeiro recipiente; mas e amanhã de manhã quando você acordar e estiver frio e chuvoso? Não seria bom ter algum punhado de grãos para mastigar e dar à sua pequena bebê para fazê-la se calar? Mas como conseguir levar para casa algo a mais do que cabe no espaço do estômago ou no das palmas das mãos? Então, você se levanta e vai para o maldito campo de cereais encharcado pela chuva, e não seria bom se você tivesse algo para colocar o bebê e assim colher os grãos com as duas mãos? Uma folha, uma cabaça, uma concha, uma rede, uma tipóia, um saco, uma garrafa, um pote, uma caixa, uma bolsa. Algo que guarde. Um recipiente.”

Em seguida ela cita o que Elizabeth Fischer, também autora estadunidense, escreve sobre o tema: “o primeiro dispositivo cultural foi possivelmente um recipiente”. Isso faz muito sentido. Se foi o primeiro ou o segundo, pouco importa. Importa é reconhecermos a inventividade para assegurar sobrevivência e, nessa lógica, outras tecnologias devem ter aparecido quase que simultaneamente aos recipientes, como agasalhos, habitação/dormitório, segurança, cuidado em saúde, alimentação. Tudo isso deve ter sido pensado de alguma forma, uma vez que era preciso sobreviver às noites frias, ter lugar seguro pra dormir e descansar, sobreviver aos acidentes e enfermidades da época, saber o que é seguro comer. E talvez, antes disso tudo, a observação da natureza e a apreensão de como as diferentes formas de vida ocorrem e se relacionam: isso também compõe a ideia de tecnologia!

Os mais antigos utensílios encontrados até agora, são de uma região onde havia lagos e pântanos no norte da Tanzânia, no Quênia

e na Etiópia, e datam de um período entre 2 ou 3 milhões de anos. Pequenas lascas de quartzo desbastadas foram encontradas em vários sítios do lago Turkana e do vale do Omo na Etiópia e talvez sejam os mais antigos utensílios talhados que se tem conhecimento. Esses utensílios eram produzidos em locais chamados de indústrias do seixo lascado como aquelas encontradas em Melka Konturé na Etiópia. Os materiais encontrados nessas indústrias revelam uma variedade de utensílios e uma sofisticação tecnológica maiores do que até então se supunha para o período (ref).

Paim (2022) chama a atenção para tecnologias de cooperação e de sociabilidade que foram utilizadas desde muito cedo, principalmente em momentos em que mais estava ameaçada a existência de homínídeos no planeta. Por exemplo, no momento em que, segundo estimativas, havia somente cerca de setenta homínídeos em todo o mundo. Se a cooperação e a sociabilidade não tivessem sido praticadas, talvez fossem outros os caminhos de evolução possíveis para nossa espécie. Evoluímos a partir de cerca de 25 espécies que, de alguma forma, interagiram entre si, compondo nossa árvore genealógica. Vamos falar um pouco de algumas dessas espécies, numa narrativa bem resumida.

Primeiro período da antiguidade remota (entre 2,5 e 1 milhão de anos antes do nosso tempo)

Depois do *Sahelantropo chadense*, os *Australopithecus* (quando, possivelmente, passamos de quadrúpedes a bípedes) e, num período mais recente, entre 2,5 e 1 milhão de anos antes do nosso tempo, espécies como *Homo habilis* e *Homo erectus*.

Nessa época já tínhamos habilidades manuais importantes que, possivelmente, nos ajudaram a criar e fazer coisas. Acredito que tenhamos avançado muito nessa época no que se refere a criação de tecnologias, como fabricação de recipientes, ferramentas e produção de cuidado em saúde, pois nossas habilidades manuais nos permitiam isso. Também nessa época, a cerca de 1,5 milhão de anos, já se cozinhava (ref), embora a tecnologia de produção e controle do fogo tenha ocorrido um pouco mais tarde, a cerca de 1 milhão de anos, pelo *Homo erectus*.

A partir do *Homo erectus* já adotávamos a postura ereta e já éramos mais terrestres e menos dependentes das árvores. Certamente, foram desenvolvidas tecnologias para caminhada, seja por meio da definição de caminhos mais seguros, seja no preparo de recipientes para levar o que fosse necessário nos percursos, seja para manter nossa saúde e bem-estar durante a caminhada. Isso tudo deve ter dado muito certo, pois foi nessa mesma época que aconteceram as primeiras migrações para fora da África (rumo ao Oriente e Ásia). Conforme evoca Paim (2022), é importante que esse conhecimento nos ajude a rever nosso entendimento sobre **diáspora**, para reconhecê-la para além dos processos de sequestro e escravização negra. Considerando a diáspora como processo de espalhamento e dispersão (voluntária ou não), podemos dizer que ela é fenômeno que começa a pelo menos 2,5 milhões de anos (Paim, 2022) e, para tal, desenvolveu-se tecnologias.

Segundo período da Antiguidade remota (1.000.000 – 200.000 anos antes do nosso tempo)

É por volta de 1 milhão de anos que surge a família humana proto-moderna, entre os quais estão o *Homo neandertalensis* e o *Homo sapiens* arcaico. Nessa época é que ocorrem as primeiras migrações para a região da Europa ocidental, principalmente pelos neandertais. Essa região da Europa tinha relevo, vegetação e clima muito diferenciados das regiões africanas, o que vai demandar um processo de adaptação de longo prazo, que resulta na ambientação e na despigmentação da pele (até então os indivíduos tinham pele escura, ou seja, eram melanodérmicos, o que era importante pra se proteger do sol muito incidente nas regiões tropicais. Nas regiões mais frias, vai se perder melanina para se adaptar ao novo clima). É importante entender o processo de ambientação que acontece com os indivíduos que chegam até essas regiões mais frias, pois as condições diferenciadas de clima e de oferta de alimentos, que dificultavam a sobrevivência, contribuíram para que se difundisse, nessa região, algumas tecnologias de socialização em específico.

A professora historiadora Samira Xavier nos ajuda a entender esse processo. No curso “O que chamamos de amor é trabalho não remunerado” que ela ministrou (2021), aprendi algumas coisas que gostaria de compartilhar aqui. Na análise que ela faz da região ocidental da Europa nesse período da antiguidade remota, ela aponta para a primeira divisão social que aconteceu entre aqueles indivíduos, que foi a divisão sexual do trabalho, passando-se a atribuir sentido e função às características corporais sexuais de machos e de fêmeas. Até esse momento, as fêmeas eram vistas como deusas, que

guardavam o segredo da criação (percepção muito comum no território africano). Contudo, percebeu-se que elas precisavam do macho para gerarem outras vidas. É quando o macho começa a controlar o ato sexual para ter certeza da sua consanguinidade com a prole. Isso faz sentido ao se pensar que, num contexto mais adverso, com escassez de alimento, eu vou priorizar a minha prole e não a dos outros. Acredita-se que esse comportamento, que parte da divisão sexual do trabalho e do controle da sexualidade feminina, tenha dado origem à monogamia e à família nuclear nessa região. Foi a partir da ideia de posse difundida entre os machos (a prole é minha, a família é minha, a fêmea é minha) que pode ter surgido o patriarcado e a noção de propriedade privada (ideia que, em tempos modernos, constituirá a base do capitalismo, que nasce justamente na Europa ocidental!). No momento que essas tecnologias de convívio ganham sentido num âmbito social, ganha significado, também, a noção de opressão de gênero, uma vez que a fêmea passa a ser subalternizada pelo macho que delega a ela o trabalho de cuidar da prole.

Mas não deve ter sido sem resistência que isso tudo aconteceu; acredita-se que já nessa época, na pré-história, as fêmeas articulavam resistência. Isso faz muito sentido, pois as tecnologias de guerra, confronto e resistência são muito antigas. A própria ambiência de clima adverso e de escassez de alimento colocam os indivíduos mais propensos a rivalizarem entre si, demandando tecnologias de enfrentamento. Lembrando que estamos tratando de um processo que começa a 1 milhão de anos na

Europa ocidental e vai até, pelo menos, 5.000 anos antes do nosso tempo, quando começam a surgir as primeiras grandes sociedades sedentárias no mundo todo.

Outra coisa relevante de se entender é que, embora essa possa ser a linha geral para a região ocidental da Europa, não significa que nessa região não se tenha desenvolvido tecnologias de cooperação, ou que valores matriarcais eram desconhecidos. Nem mesmo quer dizer que em solo africano não foram desenvolvidas tecnologias de guerra nem mesmo que o patriarcado era desconhecido na região. Demarca apenas berços civilizacionais distintos com características mais gerais para cada região. Sociedades matriarcais, o convívio pela lógica da abundância, a cooperação, a não monogamia, a linhagem estabelecida pelo útero, a família estendida e o cuidado comunitário da prole eram (e ainda são) valores mais comuns em território africano (embora não tenha sido assim pra todas as sociedades nem se refiram a práticas exclusivas de solo africano), facilitados pelo clima tropical, pelas regiões de floresta e pela maior disponibilidade e variedade de alimentos.

Terceiro período da antiguidade remota (200mil – 10 mil anos antes do nosso tempo)

É por volta de 200 mil anos antes da nossa era que surge em África a família humana anatomicamente moderna (*Homo sapiens sapiens*), em período chamado de antiguidade remota III (200.000 – 10.000 a.e.c. (2)) na perspectiva histórica africana de

(2) a.e.c significa antes da era comum.

longa duração proposta por Carlos Moore. Nesse período ocorre o povoamento definitivo do planeta. É desse período, também, a formação dos troncos fenotípicos proto-europeide (europeu) e proto-sino-nipônico-mongol (oriental). Nessa época os indivíduos eram ainda muito coletores e caminantes, embora não quer dizer que não se instalavam em determinado lugar por determinado tempo. Tanto que, nessa época, já eram construídas habitações e indústrias, conforme mostra o primeiro número da coleção História Geral da África (ref). Pedra, madeira e couro animal eram os materiais mais utilizados. A cerâmica já era utilizada nesse período. Em um sítio do vale do Omo, no sudoeste da Etiópia, foram encontrados fragmentos de esqueletos de *Homo sapiens* arcaico que datam de cerca de 100 mil anos e, em sítios próximos, foram encontradas cerâmicas primitivas (ref).

O compartilhamento de tecnologias deve ter acontecido com muita frequência entre comunidades caminantes dessa época, pois acredito que somente isso explicaria tecnologias surgindo ou sendo utilizadas ao mesmo tempo em lugares distintos. É esperado, dada a própria natureza dos sentimentos e emoções de nossa espécie, que os indivíduos não tenham cooperado e socializado o tempo todo. Rivalidades, disputas, conflitos também marcam a história de desenvolvimento humano. A própria extinção dos neandertais, acredita-se, pode ter sido facilitada por conflitos entre eles e os *Homo sapiens* que, acredita-se, dispunham de ferramentas e armas mais sofisticadas. Mas, de fato, os indivíduos caminantes levavam consigo tecnologias materiais e imateriais que, em novos espaços, devem ter sido utilizadas e adaptadas. Seria, então, o caso dos primeiros processos de *inovação*?!

Nesse período também foi intenso o desenvolvimento de tecnologias de manufatura de recipientes de pedra. Embora todo tipo de rocha pudesse ser utilizado para esse fim, o basalto foi a mais utilizada. “Os granitos, o diorito e o porfírito, rochas ígneas, foram utilizados localmente e de forma intensiva. Também eram conhecidas as rochas de menor dureza, como as calcárias; no Egito, por exemplo, chegaram a ser utilizadas rochas como a esteatita e a serpentina. Além do mais, a argila constituiu, em toda a África, a base da indústria da cerâmica, amplamente difundida e altamente diversificada” (ref).

Antiguidade próxima (10.000 – 5.000 a.e.c.)

O período seguinte, chamado de Antiguidade próxima (10.000 – 5.000 a.e.c.) é de profunda produção tecnológica. A pedra, que antes era lascada, sem acabamento, passa a ser polida, demarcando o período conhecido como Neolítico (pedra polida); para tanto, foram desenvolvidas tecnologias de polimento e habilidades manuais mais finas. O Neolítico é entendido como um período de cultura material avançada, em particular a cerâmica e a pedra polida (ref).

Nessa época, já era evidente a exploração de recursos aquáticos e a formação de comunidades ribeirinhas na África, como o Capsiense do Quênia. “Seus artesãos representam o ramo sul-oriental da civilização negra fundada na exploração de recursos aquáticos, que se estendeu pela África numa faixa ao sul do Saara e acima do vale do Nilo, até a África oriental. A ocupação dessa área parece ter ocorrido durante um período úmido temporário, em

que os níveis dos lagos eram elevados, e os rios, caudalosos. O apogeu dessa civilização ocorreu em torno do sétimo milênio antes da Era Cristã. As populações ribeirinhas apanhavam peixes e animais aquáticos com lanças e arpões de osso característicos, feitos com instrumentos de pedra. Estes podem ser encontrados no lago Eduardo (Rift Valley ocidental), no lago Rodolfo e nas antigas margens do lago Nakuru. Já era conhecida a fabricação de cestos e da cerâmica, representando esta última uma das mais antigas evidências do uso do cozimento da cerâmica no mundo. Todas essas características indicam uma sociedade sedentária, cujo habitat principal se situava à beira da água” (ref).

No primeiro volume da série História Geral da África, ainda consta, sobre este período, que “o sítio mais conhecido desse período é Esh Shaheinab (Sudão), situado em um antigo terraço pouco ao norte da confluência do Nilo Azul e do Nilo Branco. Além de uma indústria lítica de micrólitos geométricos, A. J. Arkell encontrou arpões perfurados na base e anzóis feitos de conchas (que atestam a existência da pesca como atividade permanente), enxós de riolito, goivas, pequenos machados de osso polido, cerâmica decorada com pontos e linhas onduladas. Em Agordat, na província de Eritreia (Etiópia), foram descobertos vestígios de quatro sítios de habitação semipermanente. Embora o estudo desse sítio tenha-se limitado às camadas superficiais, foram encontrados machados, maçãs de pedra polida, discos e braceletes de pedra, cerâmica decorada (em relevo ou por incisão) com motivos em ziguezague, contas, ornamentos para os lábios e colares. A descoberta de mós, de almofarizes e de uma estatueta de pedra representando um bovívdeo semelhante aos da espécie criada

pelas populações do Grupo C (populações centradas na Núbia e a oeste desta) sugere a existência de uma economia pastoril e agrícola, embora não seja suficiente para prová-la. No abrigo de Godebra, próximo de Axum e datado do terceiro milênio, foram descobertos grãos de milho-miúdo da variedade *Eleusine coracana*, junto a uma indústria de micrólitos geométricos e cerâmica” (ref).

A sedentarização das comunidades será um aspecto importante para o desenvolvimento das tecnologias cerâmicas. “Devido à sua fragilidade, a cerâmica tem uma utilidade limitada para sociedades nômades, sem bases fixas, ou seja, para a maior parte das sociedades de caçadores-coletores. Mas, para as comunidades permanentes, organizadas, a cerâmica tem um significado carregado de civilização, permitindo maior versatilidade com a introdução ou o aperfeiçoamento dos modos de preparar e cozinhar os alimentos”(ref).

O Neolítico também marca o aparecimento de tecnologias de domesticação de animais e de urbanismo. Também deve ter sido um período de especialização do cuidado em saúde, uma vez que na série História Geral da África, também no primeiro volume (ref), são relatadas tecnologias de povoamentos neolíticos sudaneses, como um triturador que poderia ter sido utilizado no preparo de medicamentos. As tecnologias de observação da natureza, já existentes em períodos anteriores (como mostram evidências de colheita e a preparação de grãos de cereais selvagens na Baixa Núbia por volta de 13.000 antes do nosso tempo (ref)), vão culminar em experimentos de produção de alimento que, por sua vez, vão resultar no advento da agricultura e de uma série de tecnologias que lhe dão suporte.

Uma delas é o conhecimento dos astros. A agricultura se desenvolve a partir dos conhecimentos de astronomia e dos ciclos da terra. Outra tecnologia é a da experimentação, pois muito provavelmente as espécies eram retiradas de seu habitat para serem domesticadas nos assentamentos ou próximo deles. Cruzamento de espécies, melhoramento genético, tudo isso já era praticado nesses locais de experimentação.

Sobre este ponto cabe ressaltar que existem evidências que podem colocar a agricultura e o sedentarismo em um momento ainda mais antigo que esse que estamos relatando. Observe este relato:

A primeira cidade do mundo é #Napata, fundada há pelo menos 40.000 anos. Desenvolveu-se a partir da invenção Nilótica da agricultura e tornou-se um centro próspero para o excedente alimentar. Sua imensa montanha nas proximidades, Gebel Barkal, serviu como local de referência em uma área plana para viajantes e pastores. Logo, os mercados deram origem a uma cidade. A necessidade de proteger a cidade deu origem a um governo e exército. Nasce a primeira Cidade-Estado. Ao longo do fértil Nilo, Cidades-Estados semelhantes se desenvolveram. Contudo, Napata manteve-se central na medida em que foi a primeira Cidade-Estado e modelo para a Civilização. Ao pé da montanha Gebel Barkal, em Napata, os Nilóticos construíram o primeiro templo para Amen-Mwut-Khonsu, a Santíssima Trindade. Tornou-se o primeiro local de peregrinação do mundo. Isso deu origem à Cultura Kushita (ref).

Nessa perspectiva, coloca-se a cultura Kushita como anterior à Kemética. “O surgimento de populações às margens do Nilo não aconteceu apenas devido à fertilidade do Vale. Havia uma necessidade de se proteger das hordas de neandertais canibais, que existiam na Europa e na Ásia Ocidental, e avançavam para o sul. Eles só podiam entrar na África pela península do Sinai e então essa região tinha que ser vigiada ou eles literalmente devorariam o Povo Africano. É por isso que os civilizados Kushitas de Napata estabeleceram Cidades-Estado no Nilo até o delta” (ref).

A primeira grande época da história da civilização do Nilo começou há mais de 35.000 anos com a Era de Anu. Esta é a era da criação de Kush. O Médio e Baixo Nilo eram principalmente povoados por nilóticos altos (como os Dinka-Nuer). Eles eram poderosos guerreiros que protegiam o portão da África. Contudo, eles não tinham o conhecimento medicinal e zoológico dos mais antigos Twa que viviam na África Central. Eles começaram um sistema de contratação de professores Twa para viverem entre a nobreza nilótica. Os Twa ensinaram-lhes medicina e zoologia e os nilóticos ensinaram-lhes a arte da organização militar. Seu poder conjunto se desenvolveu na Civilização Anu” (ref). “Os Chefes Nilóticos contrataram Twa (‘pigmeus’) das Florestas Tropicais da África Central para irem ao Templo de Amen em Napata e ensinar a Ciência da Medicina. O Conhecimento Twa da Medicina (baseado em 300.000 anos de estudo botânico na Floresta Tropical do Congo) ainda é insuperável até hoje. De fato, para silenciar seus

Conhecimentos, o genocida belga leopoldo executou 90% da população Twa. Se o seu conhecimento de cura tivesse sobrevivido, não teríamos a moderna indústria médica capitalista européia, que é baseada no tratamento que não cura, a fim de mantê-lo doente e dependente de drogas ('remédios') (ref).

Este é outro relato de Zaus Kush, sobre a anterioridade do desenvolvimento da agricultura e dos primeiros assentamentos sedentários. Sobre a agricultura, é muito importante destacar o pioneirismo feminino no seu processo de desenvolvimento. Conforme indica Paim (2022), naquela época sangue era sinal de morte e as fêmeas eram animais que sangravam e não morriam, o que atribuía a elas sacralidade. Desde muito cedo no desenvolvimento das tecnologias de culto das divindades em território africano, são produzidas imagens que ressaltam os seis fartos, as ancas largas, a barriga saliente e a vagina exposta, todos estes elementos relacionados a fertilidade e procriação, considerados sagrados.

É possível que as fêmeas, embora tenham participado também de campanhas de caça que poderiam demorar e ocorrer em áreas mais distantes dos assentamentos, tenham se dedicado mais a busca de alimentos próximo do local de estadia, se concentrando na procura de vegetais e de pequenos animais. Isso facilitava o cuidado da gestação e da prole. Observando os ciclos da natureza e relacionando-os aos seus próprios ciclos, as fêmeas vão desenvolvendo, ao longo de um processo de longa duração, os conhecimentos necessários para a produção de alimentos: sobre os astros, sobre os ciclos das plantas, sobre o solo, a luz e a água.

Se a agricultura é uma tecnologia feminina, a astronomia também é, bem como a geografia e a biologia, pois são saberes organizados (tecnologias) que dão suporte à agricultura. O uso de plantas para cuidado em saúde também deve ser, uma vez que eram principalmente as fêmeas que estavam observando e experimentando plantas e suas possibilidades de uso. A formação de canais e diques também pode ser, já que a gestão da água é fator de suma importância para a produção de alimentos.

O desenvolvimento da agricultura, associado a especialização tecnológica do uso de pedras, as tecnologias de habitação, as tecnologias de gestão do solo e da água, as tecnologias de socialização, juntas, vão favorecer o surgimento das primeiras sociedades sedentárias agrícolas em diferentes lugares. Isso porque essas tecnologias, inclusive a agricultura, não devem ter sido criadas em um único lugar. É mais provável que, no processo de longa duração de desenvolvimento humano, os conhecimentos tenham circulado entre comunidades e a agricultura, bem como as sociedades sedentárias, tenham surgido em diferentes lugares meio que ao mesmo tempo. Não implica que as sociedades deixaram de ser caminhantes, mas sim que a dinâmica de relação com o espaço, de sobrevivência e de alimentação mudaram substancialmente para muitas delas.

Com o estabelecimento mais duradouro nos espaços, surge a noção de território (mesmo que a partir de outros termos ou entendimentos, já que a compreensão que temos de território é uma construção moderna), ou seja, um poder e uma cultura se manifestando no espaço. As condições de cada território vão determinar os processos de socialização e de criação de identidades



*Unidade Cultural
por Carlos Pereira, 2024*

culturais. Com a ocupação definitiva do planeta, começa um franco processo de diferenciação cultural-territorial: línguas, escritas, tecnologias de habitação, tecnologias de urbanização, tecnologias de guerra, mitos de criação, divindades, cultos e ritos, adornos, vestuário, artes; tudo isso vai se tornando variado, conforme o tempo, o lugar e a percepção dos indivíduos sobre si e sobre o mundo. Acredito que a sedentarização tenha levado também a criação de tecnologias de cuidado com os mortos, que passam a conviver mais intimamente e proximamente das comunidades, dividindo o mesmo território. Processos de mumificação, cremação, sepultamento devem ter relação com a nova dinâmica de território que, acredito, inauguram também as ideias de identidade e pertencimento.

Embora haja variação entre as culturas, existem traços comuns, que contribuem para a constituição de uma ideia de unidade cultural. Vi uma postagem em uma rede social que ilustra isso muito bem ([ref](#)). Nela, havia três imagens: uma de Ma'at, a divindade kemética da justiça, ética, ordem e retidão; uma mulher negra, possivelmente de uma sociedade moderna, talvez bantu, com seus adornos no pescoço e cabeça; e um indígena das américas, também de período moderno, com sua vestimenta e adornos característicos. Há diferenças territoriais e temporais entre os sujeitos representados nas imagens, mas as três tinham algo em comum: a pena sobre a cabeça.

Acredito que o que se desejava transmitir com a postagem era a mensagem de que ocorreu transmissão de conhecimentos e práticas que se manifestam em diferentes formas e ocasiões, como no caso da pena encimada à cabeça que não é apenas um adorno em si, um elemento estético, pois carrega significado relacionado à sacralidade, poder, força e justiça, preceitos compartilhados pelas diferentes cosmo-percepções dos povos relacionados.

Exemplo de compartilhamento de conhecimentos ocorre também no que se refere à agricultura e cultura alimentar. Sabe-se que o milho foi desenvolvido por indígenas da América Central, mais ou menos entre 10.000 e 7.000 anos antes do nosso tempo. Sabe-se também, conforme aponta Ângela Gomes ([ref](#)) que o milhete (originário do centro-oeste africano nas regiões do Congo, Moçambique e Angola), vai ser modificado e trazido para as américas e que é a partir dele que o milho e suas variedades serão desenvolvidas (a matriz do milho é o milhete africano, cruzado com espécies da mesma família que existiam em solo americano). Ora, isso ocorre muito tempo antes da invasão europeia (3) e indica encontro cultural e tecnológico entre africanos e americanos, encontro que pode ter ocorrido não apenas por vias terrestres, mas também marítimas, o que leva a entender que já nessa época havia tecnologia de navegação marítima.

Ângela cita, também, outro princípio

(3) Não chamo o que os europeus fizeram nas américas e nos territórios africanos de colonização, pois acredito que há diferença da dita colonização europeia de outras formas de colonização, como aquela praticada por povos bantu, tidos como os maiores colonizadores do mundo! Pra mim, o processo conduzido pelos europeus parte da desterritorialização e genocídio dos povos originários e, por isso, seria correto chamar de outra coisa o que os europeus fizeram, que está muito mais perto da barbárie que de qualquer outra coisa.

compartilhado por diferentes comunidades: a não separação entre mitologia e técnica. Então, quando falamos de agricultura, estamos falando dos astros, das divindades e também dos mitos. Mitos são narrativas que explicam a origem e funcionamento daquilo que existe no mundo. O conjunto dos mitos integram o que se chama de cosmopercepção. As sociedades se organizam nos territórios e interagem entre si e com as outras formas de vida a partir de sua cosmopercepção.

Assim, dizemos que a cosmopercepção é um dos elementos fundantes do que chamamos de *matriz civilizatória*, que pode ser definida como o conjunto de valores, conhecimentos, tecnologias, mitos e práticas que caracterizam determinada forma de existir no mundo. Matrizes civilizatórias africanas têm muito em comum com matrizes civilizatórias das américas, o que reforça ainda mais esse processo de longa duração de diásporas e interação cultural/tecnológica entre África e América. Isso torna possível expandir, para as américas, a ideia de unidade cultural que Cheik Anta Diop (4) evoca para o continente africano. Uma unidade cultural entre comunidades originárias, que tem a ver com uma identidade indígena compartilhada por povos tradicionais africanos e das américas. Essa unidade, enquanto tecnologia, começa a ser desenvolvida nessa época.

A chegada humana na Amazônia remonta há cerca de 15 mil anos, mais ou menos a mesma época em que se encontrará presença humana em outras regiões da América do Sul. Por exemplo, o indivíduo mais antigo

da região do atual Peru data de cerca de 14 mil anos antes da nossa era. Tanto africanos negroides quanto asiáticos sino-nipônico-mongóis chegaram aqui, os africanos em menor número, acredita-se. As primeiras ocupações da Amazônia eram pouco numerosas, dispersas e nômades. Sua alimentação era baseada na coleta de frutos, na pesca (inclusive de moluscos) e na caça, e assim foi até mais ou menos cerca de 8 mil anos atrás quando há vestígios da produção de cerâmica entre populações assentadas ao longo do rio Amazonas. O cultivo de mandioca na região remonta há cerca de 7 mil anos. Evidências de mais ou menos 5 mil anos mostram que naquela época havia pequenas comunidades de agricultores na região, o que pode significar uma transição para o sedentarismo (ref), embora comportamento caminhante e a itinerância das comunidades sejam, ainda, características muito comuns de várias comunidades indígenas. Tal comportamento torna mais complexo o debate sobre território, uma vez que não se trata apenas de ter um lugar para assentar uma comunidade, mas de um espaço amplo onde seja possível a movimentação e itinerância. Entre guaranis do nosso tempo podemos verificar isso.

Com comunidades desde a Argentina, é muito comum o trânsito de Guaranis entre suas comunidades (distantes uma da outra, inclusive), passando-se um tempo em uma e depois em outra, voltando pra primeira, e por ai vai. Como hoje em dia as comunidades estão separadas em territórios distintos e os caminhos são cortados por cidades, empreendimentos e rodovias, se torna mais difícil e insegura a caminhada entre comunidades.

(4) É na obra *A Unidade Cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica* (2014), que Diop aborda este tema.

Essa característica caminhante pode ter sido decisiva para a formação da floresta amazônica e para a diferenciação tecnológica, especialmente com relação a tecnologias de habitação e de assentamento, entre sociedades indígenas. Comparando com outras comunidades indígenas cuja ocupação era mais definitiva no território, como os Incas, por exemplo, perceberemos que lá era mais comum o uso de pedras e construção de instalações permanentes. Nas sociedades indígenas caminhantes são utilizados outros materiais, mais degradáveis, pois sendo caminhantes, a relação com o território não é no sentido da permanência definitiva, o que favorece a recuperação da natureza e a manutenção de florestas. É importante pensar sobre isso pois ouvi muitas vezes que os indígenas do Brasil eram menos desenvolvidos tecnologicamente porque não usavam pedras em construções nem construíram pirâmides. Não penso dessa forma. Penso que usavam tecnologia compatível com seu modo de vida e com sua matriz civilizatória que praticava uma relação de permanência não definitiva nos territórios, com grande integração com a natureza e paisagem.

Mas voltando à linha do tempo das comunidades da Amazônia, elas continuaram se desenvolvendo e, há cerca de 4 mil anos, elas já eram densamente povoadas, hierarquizadas e bastante tecnológicas. Um exemplo de tecnologia são os tesos, plataformas que eram construídas pra se proteger do efeito de cheia do rio Amazonas, ou seja, aterros construídos em áreas inundáveis. O processo de complexação de tecnologias continuou com o tempo e, mais tarde, começaram a ser

fabricadas cerâmicas muito refinadas. Também as tecnologias de socialização se modificaram, uma vez que as comunidades se tornaram ainda mais complexas e hierarquizadas. Estima-se que cerca de 5 milhões de indígenas viviam somente nessa região antes da invasão europeia (ref). Interessante pensar em cidades indígenas complexas nessa região, pois por muito tempo se pensou que a Amazônia era “um vazio verde”, sendo que na verdade, o que se vê é que as tecnologias de ocupação e uso do território pelos indígenas geraram uma floresta (a Amazônia foi manejada), diferente da experiência de cidade do ocidente, que tende a degradar a natureza.

Antiguidade Clássica (5.000 a.e.c - 200 e.c)

Em período mais recente, chamado de Antiguidade Clássica (5.000 a.e.c - 200 e.c (5)) ocorre a aparição, apogeu e declínio das civilizações agro-burocráticas clássicas no continente africano (Kemet, Kush, Axum, por exemplo) e das primeiras grandes sociedades das Américas. Civilização agro-burocrática é aquela cuja estrutura e funcionamento se organiza em torno da produção agrícola. Boa parte dessas sociedades agro-burocráticas eram distributivas, ou seja, era garantido um mínimo existencial a todas as pessoas daquela comunidade. O acesso aos alimentos poderia ser estendido a outras etnias (caso das sociedades agro-burocráticas distributivas pluriétnicas).

As pirâmides ao redor do mundo serão construídas meio que na mesma época, nesse

(5) e.c. significa era comum.

período, o que significa um fervilhamento de tecnologias e de diásporas ao redor do mundo e um profundo conhecimento de geometria, astronomia, arquitetura e arte entre as sociedades do período. Tenho pouca referência sobre Ásia e Oceania, não sei dizer como estavam essas regiões a essa época, infelizmente.

Acredito que, nessa época, as cosmopercepções e as matrizes civilizatórias já estavam mais estabelecidas. Dessa época já temos relatos de templos dedicados ao culto as divindades. Locais de culto denotam muito um sentido coletivo da divindade, ou seja, se tratam de divindades de importância comunitária. Na rotina da maior parte das pessoas, os cuidados das divindades era muito doméstico e uma das funções da esposa, adquirida com o casamento, era não deixar a chama de culto aos ancestrais se apagar dentro de casa, conforme me ensinou o professor Arthur José Baptista, durante o curso que ele ministrou sobre Cultura Tradicional Bantu do Colégio Pedro II, aqui no Rio de Janeiro (2023). Estátuas, amuletos, incensos, objetos de arte, tudo isso fazia parte dos altares e cômodos de culto nos domicílios (6).

Por ser época em que as relações e dinâmicas de território estavam mais complexas, acredito que a ideia de fronteira deve ter se desenvolvido muito nesse período, embora ela se refira mais a extensão territorial de influência de determinada cultura, sendo bastante fluida. Também a ideia de colonização, que tem a ver com os processos

de diáspora, enquanto espalhamento e dispersão. Os maiores colonizadores que o mundo já conheceu foram os povos bantu, que praticam a colonização a partir da hospitalidade. Hospitalidade, no sentido da colonização, significa que, eu vou honrar seu território e suas divindades e antes de cultivar as minhas eu vou cultivar, agradecer e alimentar as suas, que são as donas do lugar. Nesse processo, eu também vou conhecer sua cosmopercepção e, a partir da socialização, eu vou inserir meu modo de vida na sua comunidade. Sua cosmopercepção não vai deixar de existir, ela vai ser aglutinada à minha, que continuarei cultivando suas divindades. De certo, nem sempre esse modelo de colonização foi pacífico, houve conflitos sim! Mas é evidente que se trata de um modelo de colonização bastante diferente do modelo europeu.

Nessa dinâmica de fronteira e colonização o que não faltou foi conflitos... entre Kemetyus e Kuxitas da região da Núbia, por exemplo, embora tenham sido sociedades que compartilharam entre si muitos conhecimentos e tecnologias. Outro exemplo é entre Kemetyus e Hititas, que viviam na região da Anatólia, atual Turquia. Entre eles, o conflito mais emblemático talvez tenha sido a famosa batalha de Kadesh, quando Kemetyus e Hititas disputaram o controle da região da atual Síria. Acredita-se, inclusive, que essa batalha tenha culminado no primeiro tratado internacional de paz entre duas nações adversárias (ref), o que demonstra que, já

(6) Esse contexto de culto doméstico e culto comunitário vai perdurar até as sociedades modernas! Por exemplo, nas sociedades Yorubá e Fon será muito comum os quartos de santo nas casas, cultivando divindades e ancestrais familiares. Sacerdotes e templos eram específicos para culto de divindades coletivas e proteção da comunidade como um todo.

naquela época, já se dispunha de noções de nacionalismo, de tecnologias de diplomacia, de relações exteriores e de direito internacional, além de tecnologias de guerra como armas, artes de luta, formação e treinamento de exércitos e táticas e estratégias de combate.

O vidro foi fabricado no Kemet (região do atual Egito) durante o período de invasão romana e usado para diferentes finalidades. É possível que a produção de recipientes de vidro tenha alavancado a produção de remédios, uma vez que a sua utilização melhora as condições de armazenamento das tinturas e extratos. Hoje em dia, sabe-se que eram produzidas lentes que serviam para aquecer e fundir rochas, a partir da captação e direcionamento de feixes de raios solares. Também nas artes o vidro terá muita importância, como na produção de olhos para as estátuas dando-lhes uma aparência muito viva.

Além disso, as missangas de vidro vão ganhar muita relevância cultural em sociedades africanas. Os adornos de missangas (franjas, perucas, pulseiras, colares, roupas,...) podem indicar pertencimento a determinada cultura, evidenciado pelas cores, desenhos e formas, e também poder e status social. Missangas, pelo menos em sociedades dessa época e modernas, não estavam acessíveis a todas as pessoas! Histórias podem ser contadas e mensagens transmitidas por meio das artes em missanga. Conforme relata Arthur Bouvie:

As miçangas Zulu são muito mais do que simples adornos; elas representam uma rica tradição cultural e uma forma de comunicação entre o povo Zulu, na África do Sul. Historicamente, as

miçangas eram usadas para criar joias e acessórios que não apenas embelezavam, mas também transmitiam mensagens codificadas através de suas cores e padrões. Cada cor e combinação tem um significado específico, como amor, felicidade, tristeza ou luto, e essas mensagens eram particularmente importantes em contextos sociais e românticos. As mulheres Zulu, em particular, usavam colares, pulseiras e cintos de miçangas para expressar seus sentimentos e estados emocionais, tornando a arte das miçangas uma linguagem visual que transcende as palavras” (ref).

Mais tarde, essas missangas vão chegar às comunidades indígenas das Américas que passarão a utilizá-las para produzir seus adornos e vestimentas.

Conhecimentos serão organizados nessa época, fundando-se campos de saber como arquitetura, matemática, física, química, medicina, odontologia, metalurgia, astronomia, agricultura, filosofia, direito, democracia, entre outros. E, embora o Kemet (Egito) seja o lugar referenciado como origem desses conhecimentos, é muito provável que muitas outras comunidades dessa época também estivessem, de certa forma, desenvolvendo conhecimentos nessas mesmas áreas, pois também observavam os astros, faziam agricultura, construam, produziam utensílios, criavam regras de convívio, cuidavam da saúde.

Sobre este último aspecto, afirmamos com tranquilidade que cada sociedade desenvolveu seu próprio sistema tradicional de medicina, seja por ela mesma ou por

troca de saberes entre sociedades distintas (lembra do relato de troca de saberes entre Kushitas e os Twa?). Tais sistemas não buscavam:

apenas a recuperação do corpo físico, mas sim o equilíbrio entre a pessoa, o ambiente e o mundo espiritual, promovendo sua reintegração na vida da comunidade. Como existem diferentes culturas em África, de certo, havia diferentes sistemas de medicina em prática antes do período colonial, em épocas de África livre sem influência da cultura europeia e da disseminação do cristianismo e do islamismo em seu território. Embora a sua diversidade, há traços culturais compartilhados por esses sistemas, como a ligação com os ciclos da natureza e aplicação de seus elementos (vegetais, como ervas e plantas com propriedades terapêuticas; minerais, como argilas; e animais, como ossos e gorduras) o que permite reunir em uma única nomenclatura (Sistemas Tradicionais Africanos de Medicina) sistemas tão diversos. Outra característica comum de sistemas médicos tradicionais em África é o entendimento da complexidade do ser, que experimenta sua existência em diferentes níveis (pessoal, comunitário, ambiental e espiritual). É por isso que, em muitos casos, a explicação da doença e a busca do tratamento ultrapassava a fronteira das possibilidades materiais, utilizando do encantamento e do contato com o mundo espiritual” (ref).

No modo de vida de comunidades originárias da África e das Américas, não se separa o humano da natureza, nem se separa

o físico do simbólico, o material do espiritual. Todas são dimensões da existência consideradas no cuidado em saúde” (ref). Por isso, buscar entender os sistemas tradicionais de medicina “sem considerar o encantamento ou reduzi-la a um exercício puramente religioso e mítico, resultará numa compreensão equivocada do que foram e são tais sistemas” (ref).

Há evidências ainda da antiguidade de intervenções em ortopedia, como a de um osso de fêmur quebrado que foi “colado” (ref). Isso só deve ter sido possível por meio de uma intervenção de cuidado em saúde. Além do fato de já se dispor da tecnologia em si de recuperar um osso quebrado, também a lógica do cuidado, pois é muito provável que alguém cuidou de alguém, pois teria sido muito difícil e até doloroso colar, sozinho, o próprio osso da perna! Cabe menção, também, as tecnologias de aconselhamento, presentes desde muito cedo nos sistemas tradicionais de medicina. “Aconselhamento é o nome dado pela cultura ocidental ao processo de suporte ao enfrentamento e resolução de problemas nos variados campos da vida” (Pereira, 2021). Esse aconselhamento poderia ocorrer por meio da consulta oracular, por meio de consulta às divindades e ancestrais em processos de possessão, por meio da conversa com seus mais velhos (o que não se restringe a idade, mas também ao tempo de existência no grupo e experiência), por meio da reflexão sobre máximas, provérbios e mitos (inclusive os *itan* e os *oriki*).

Essas práticas de aconselhamento ainda existem e são utilizadas especialmente em terreiros de matriz africana. Comunidades indígenas também preservam seus rituais de contato com os encantados e ancestrais, inclusive por meio da possessão.

O aconselhamento praticado no campo moderno ocidental do cuidado em saúde, especialmente, da saúde mental e da psicoterapia, tendem a desconsiderar essas tecnologias de aconselhamento, promovendo-o a partir de outras tecnologias. A Terapia Holística ainda tenta regatar algumas práticas tradicionais de aconselhamento como a consulta oracular, runas e tarô, embora tenha sido ensinado e praticado no formato de técnica terapêutica, ainda muito desconectado, infelizmente, de um debate aprofundado sobre ancestralidade, identidade, pertencimento, racismo e apropriação.

O Kemet é um grande exemplo de desenvolvimento de um sistema tradicional de medicina. Com tratados de medicina muito avançados para a época, lá já havia tecnologias para realizar cirurgias complexas de cabeça, procedimentos odontológicos, cuidado com os olhos, uso de ventosas, além de práticas corporais de promoção da saúde, como os exercícios compatíveis com o yoga (7). O ácido salicílico foi desenvolvido lá, a partir do Salgueiro Chorão! E, além disso, temos evidências de tecnologias de afeto, como o abraço.

O gesto de abraço é considerado uma das posições corporais altamente significativas consistentemente retratado em fontes religiosas e da vida cotidiana. Ele transmite vários significados diretos e indiretos e simbolismos. Este gesto

O gesto de abraço é considerado uma das posições corporais altamente significativas consistentemente retratado em fontes religiosas e da vida cotidiana. Ele transmite vários significados diretos e indiretos e simbolismos. Este gesto é considerado o nível máximo de contato físico que os Antigos Artistas egípcios podiam retratar entre duas ou mais pessoas. Portanto, é ilustrado em uma ampla variedade de fontes privadas, como estelas, paredes de tumbas e estátuas para expressar o afeto e amor familiar entre membros da família, incluindo cônjuges, irmãos ou pais e filhos” (ref, tradução nossa).

O abraço aparece como um hieróglifo da língua kemética sagrada *mdw-ntr*. Portanto, acredito que seja algo de grande valor simbólico para aquela cultura.



Representação dos braços em posição de abraço no sistema Medu Neter (*mdw-ntr*) nome da língua hieroglífica do Kemet.

Há estudiosos que afirmam que o império kushita é anterior à Kemet, como é o caso de Drusilla Dunjee Houston, que publicou o livro “Grandiosos Etíopes do antigo império Cuxita” (2021).

(7) Embora nosso contato com o yoga ocorra, mais frequentemente, a partir da medicina tradicional indiana, cujas bases são o yoga, o tantra e o ayurveda, sabe-se que práticas semelhantes ao yoga eram realizadas em Kemet, onde adotava-se posturas que lembravam movimentos da natureza e dos astros e as divindades. Esse reconhecimento tem levado à prática, hoje em dia, da yoga kemética.

Ela destaca a Etiópia (8) como uma grande região que incluía os territórios onde Kemet e Kush se assentaram e que Kush é anterior a Kemet. Zaus Kush traz também um relato interessante sobre o assunto:

Construída há cerca de 4700 anos, a Fortaleza Buhen, no Baixo Núbia, é a estrutura de encastelamento mais antiga do Mundo; sua arquitetura clássica foi o modelo para outros castelos do Vale do Nilo, os quais foram o modelo para os castelos medievais europeus e islâmicos. Em 2050 aec, a Fortaleza foi conquistada por Mentuhotep II. Em 1800 aec, os Kushitas a recuperaram. Em 1550 aec, Kush foi anexada ao Império Kemetyu e a Fortaleza ficou sob sua autoridade. Em 1050 aec, Kush se separou de Kemet e 'levou' o Baixo Nubia (incluindo Buhen) de volta a seu governo. A Fortaleza Buhen, bem como outros locais antigos no Baixo Núbia, forneciam evidências arqueológicas do norte de Kush como sendo antecessor a Kemet. Para afogar essa evidência para sempre, os árabes-egípcios e os colonialistas britânicos construíram a represa de Assuã que inundou quase todos os sítios de mais de 6000 anos do Baixo Nubia" (ref).

Podemos pensar várias coisas a partir desse relato. Uma delas é de como a história é relativa, transitória e parcial. Outra é que quem detêm poder sempre contará com instrumentos que lhe permitam modificar evidências e contar e validar a história a partir do seu viés. Outra é o quanto os povos do período estavam avançados em

tecnologias arquitetônicas, uma vez que construíram fortificações muito robustas. Outra é como, em várias circunstâncias, haverá uma disputa pelo pioneirismo e isso, na perspectiva histórica africana de longa duração, será notável em vários momentos e aspectos.

Talvez esse destaque de Kemet quando falamos de tecnologia dessa época, não só de saúde, se deva, em parte, pela relação tão direta que o ocidente estabeleceu com ele, pois foi para lá que foram grandes nomes gregos como Tales de Mileto, Sócrates, Eráclito, Platão, Eudoxo, além de Melampo, Sólon e Pitágoras (ref, ref), para estudarem e se apropriarem de conhecimentos que, mais tarde, foram levados e introduzidos na Grécia. Inclusive há relato de que as próprias divindades gregas tenham sido inspiradas nas divindades keméticas (ref).

Ir ao Kemet para estudar... curioso isso, não é mesmo? Pois a ideia de ensino, escola, universidade parece ser tão moderna. Mas em Kemet:

o ensino (*sebayt*) se dava de diversas maneiras e em todos os grupos sociais, nas *per ānkh* (casa da vida), nas escolas, na 'casa dos escritos', ou seja, nas bibliotecas. Os ensinamentos possuíam 'um caráter universal', pois eram voltados para a formação do homem político *homopolítico*. Então, por meio de leituras ou ditados ou pela oralidade, os educadores eram quase sempre os escribas, mas também, funcionários, pais, príncipes, sacerdotes, vizires tais como Ptah-hotep, Kares,

(8) Há quem defenda que Etiópia era o nome utilizado no passado por alguns grupos para se referir a todo o continente africano, que recebeu outros nomes, como Alkebulan.

Mênfis, Hergedef, Khety, Nefeferty, Khakheper-ra-seneb, Imoteph ([ref](#)).

Por este relato, podemos perceber que lá haviam lugares específicos para aprendizagem. Também percebemos a prática da leitura e da escrita como tecnologias educacionais. Interessante, também, é que a escrita não estava desassociada da oralidade (entendida mais como modo de vida do que como modalidade de discurso). Zaus Kush em sua página no Instagram, relata que:

Ipt Isut (Karnak) é a maior Universidade que já existiu. Foi fundada há 4.070 anos por #Mentuhotep II em Uwaset, que agora é chamado de Luxor pelos árabes e referido pelos gregos como Tebas. Os Kemetyu se referiam a ele como ‘O Mais Seleccionado dos Lugares’. Somente as Universidades Kushitas de Napata e Kerma são mais antigas. De fato, Ipt Isut era o principal centro de intercâmbio intelectual entre Kush e Kemet e, sob muitos aspectos, era o núcleo da intelligentsia do Antigo Nilo. Seus estudos incluíam álgebra, engenharia, química, geometria, arquitetura, pintura, metalurgia, filosofia, astronomia, escultura, governo, biologia / medicina e zoologia. O Ipt Isut permaneceu a principal instituição de conhecimento do mundo por mais de 2.400 anos. Por causa de sua grande produção intelectual, resistiu a toda usurpação grega e romana. Durante esse período, o Ipt Isut foi considerado uma ameaça para os colonizadores estrangeiros. Foi encerrado à força por um sacerdócio cristão greco-romano homicida que massacrou estudantes

e professores de Ipt Isut no final do século 4. Os cristãos tornaram a Espiritualidade Ntchru ilegal em suas colônias Africanas e punida com a morte ([ref](#)).

Por este relato percebemos o quanto as tecnologias dos saberes organizados e os contextos de ensino/aprendizagem já eram importantes em Kemet à época e como a investida cristã contribuiu para a desestruturação da sociedade kemética e dispersão de suas tecnologias. Isso não quer dizer que o modo de vida e base civilizatória deixou de existir. Zaus Kush relata que:

A conquista de Kemet pelos greco-romanos começou há 2.300 anos. Isso significa que há um intervalo de 1.800 anos entre a queda de Kemet e os primeiros Africanos escravizados nas Américas. Foi durante esse enorme intervalo que os Kemetyu puderam viajar para outras partes da África e começar de novo antes que seus descendentes fossem capturados e enviados para as Américas. Não há nada incomum na fuga Kemetyu do Nilo invadido e sua nova história como refugiados no Interior da África. Fuga de guerra é o principal catalizador de migração no mundo. Os Estados Unidos e a Europa estão cheios de milhões de refugiados que escaparam de alguma guerra. Essa não é uma prática nova. Na história do mundo, sempre que ocorre uma grande guerra, as massas do povo que não são soldados, são forçadas a escapar como refugiados para países seguros. Desde que a guerra estava vindo do norte e do leste (Europa e Ásia), os Kemetyu escaparam para o sul e oeste África adentro. Essa migração épica de Kemet e Kush

consta em inúmeras histórias orais no centro-oeste da África. Possivelmente, o melhor livro sobre o assunto é ‘Two Thousand Seasons’ do escritor ganês Ayi Kwei Armah ([ref](#)).

Ainda segundo ele, os Kemetyus “partiram pro Gana para recomeçarem como a Civilização Akan” ([ref](#)), a civilização onde surgem os adinkras. Mas disso falaremos mais adiante! Zaus Kush faz mais um relato sobre a diáspora kemética:

A Civilização Swahili foi fundada em 520 ac, quando membros da Realeza Kemetyu, buscando refúgio da ocupação aquemênida, migrou para Punt (África Oriental) e, através se casamentos, se uniu as Famílias Reais costeiras. Entre 520 ac-300 ac, o Quênia-Tanzânia passou por uma grande mistura de Famílias de migrantes Kemetyus e Mercadores Marítimos Kushitas estabelecendo-se nas cidades portuárias. Eles se casaram com Nativos Puntitas e Khoisan que também estavam se misturando aos expansionistas de Nok na região dos Grandes Lagos. Essa grande mistura produziu os Bantu, que então se espalharam pela África Central e Austral ([ref](#)).

Em outra passagem, ele ainda acrescenta que:

A primeira menção de uma Civilização ao longo da costa da África Oriental (do sul da Somália ao norte de Moçambique) data de quase 5.000 anos atrás. Atingiu o seu auge durante o reinado da Rainha

Hatshepsut, que enviava regularmente expedições marítimas aos portos da África Oriental. Os Kemetyu chamavam essa região de Bnt (que incluía o interior até os Grandes Lagos). Bnt significa ‘Ba-Nwt’ (o Ba da Divindade Nwt). Nwt representa o próprio Reino Espiritual (céu). Bnt não era uma única Nação, mas uma área regional correspondendo às fronteiras modernas da África Oriental. Os Kemetyu chamavam o Povo de Bnt, de Bntu. É óbvio que essa é a origem do nome Bantu. O nome regional dos Kemetyu como Bnt foi escrito errado propositalmente pelos eurogiptologistas, que substituíram o ‘B’ por um ‘P’ para que seja Pnt (‘Punt’) (...). Os Kemetyu consideravam Bnt (‘Pnt’ / ‘Punt’) uma de suas Terras-Mãe. Assim, quando Kemet foi invadida pelos Aquemênidas por volta de 550 ac - 350 ac, muitos refugiados Kemetyu pegaram navios para a costa de Bnt (sul da Somália-norte de Moçambique), um lugar que eles viajaram por milhares de anos. Quando os Kemetyu se juntaram ao povo Bantu local, eles fundiram sua Cultura semelhante. Os Bantu foram originalmente centrados em torno dos Grandes Lagos, e é por isso que se autodenominaram ‘Watu Wa Ziwa Hilli’ (Povo dos Lagos). Abreviado, Ziwa Hilli tornou-se Swahili. Quando esses Povos dos Lagos se fundiram com os refugiados Kemetyus na costa, formaram uma nova Civilização. Esta é a origem do Povo Swahili ([ref](#)).

Tecnologias de música e dança também são muito antigas e é difícil dizer quando foi

que surgiram. Talvez ao mesmo tempo em que as divindades e os mitos fundacionais foram criados, pois com eles vieram os ritos e encantamentos, tecnologias que se manifestam no corpo e a partir do corpo, que se movimenta, dança, canta e profere palavras-código e fórmulas. Várias pinturas rupestres podem ser associadas a ritos e a danças, o que reforça que se trata mesmo de tecnologias muito antigas. Difícil dizer, também, quando surge o primeiro instrumento e que instrumento era esse. Suspeito que tenha sido o próprio corpo, na experimentação do que o movimento poderia provocar de sons, sensações e experiências. Também suspeito que, do corpo, pelo menos entre comunidades negras africanas, tenha-se passado ao tambor. Digo isso porque hoje sabemos que o som do tambor emite ondas numa frequência muito próxima da nossa voz: o tambor fala! Por isso acredito que, se não foi o primeiro, foi um dos primeiros, inclusive para servir como extensão do nosso corpo. Digo essas coisas porque nesses locais de aprendizagem do Kemet, também se praticava música e dança. Sacerdotisas e sacerdotes eram formadas e formados ali e essas funções incluíam conhecimentos de encantamento, música e dança. As bebidas também devem ter surgido muito cedo, pois eram utilizadas como elementos rituais. Em vários sítios arqueológicos de diferentes lugares do mundo, onde viveram sociedades de diferentes épocas, se encontra oferendas de comidas e bebidas às divindades.

Estamos ainda falando do período que vai de 5.000 anos antes da nossa era ao ano 200 da nossa era. Cabe ressaltar que foi mais ou menos no início desse período que foram desenvolvidas as tecnologias de fusão de metais e produção de ligas. Essas tecnologias inauguram o período conhecido como idade

dos metais. Cobre, bronze e, mais tarde, ferro. Junto com essas tecnologias avança muito a mineração, não só de metais, mas também de pedras como malaquitas, esmeraldas, lápis-lazúli, rubis, safiras, hematitas que eram utilizadas para fins diversos, desde a produção de cosméticos, pigmentos, arte e cuidado em saúde. O chumbo, por exemplo, era utilizado na produção do *kohl*, utilizado para a pintura dos olhos no Kemet. Embora a madeira e a cerâmica nunca tenham deixado de serem utilizadas em grande escala, a arte vai se diversificar muito com o uso de metais e pedras preciosas. Inclusive, a composição das ligas de metal dirão respeito à origem da peça, bem como ao status social da pessoa. Os ornamentos serão descritivos da cultura, da família ou da linhagem da pessoa.

Desde muito cedo nesse contexto de sociedades mais complexas e sedentárias deve ter se organizado formas de comércio e mercados. Esse processo, associado aos avanços da mineração, terá relação com a criação das mais diferentes formas de dinheiro. Cauris (búzios), peças em ouro, prata ou outro metal, ferramentas, pedras, tiras de couro, sal, mandioca, fumo, grãos, folhas de coca, castanhas de cacau, tudo isso já foi utilizado como moeda ao longo da história em diferentes sociedades. Acredita-se que o uso de papel, primeiro como notas promissórias, depois como papel-moeda, tenham sido invenção dos chineses. Eles utilizavam de papéis para fazerem transações e evitar que fosse preciso andar com grandes quantidades de moedas, que eram de ferro e, portanto, muito pesadas. As moedas de ferro (ou outro material de menor valor) eram muito utilizadas nos comércios em áreas de fronteira, como forma de evitar que materiais preciosos como o ouro e a prata saíssem do território.



Owó
por Carlos Pereira, 2024

Mas isso é coisa que aconteceu bem mais tarde no tempo. As notas de dinheiro só surgem por volta do ano mil do nosso tempo (ref). Uma curiosidade: é muito provável que o uso dessas “notas promissórias” tenham levado ao surgimento dos modelos mais primevos de banco, pois era preciso que as moedas de fato fossem guardadas em algum lugar com garantias de sua existência e guarda.

Mas voltando ao contexto dessas primeiras sociedades agro-burocráticas, algo que deve ter ocorrido desde muito cedo entre elas é o estudo do tempo e a definição de calendários. Acho que essa foi uma necessidade dessas sociedades em decorrência da formação dos territórios. O céu está ligado a terra. Não tem como cuidar da terra sem conhecer o céu. Os astros estão no céu e o tempo é a ordem dos astros. De fato, como aponta o professor Márcio Paim (2022), já no ano 4.236 antes da nossa era, o calendário de Kemet já estava pronto. O ano, nesse calendário, tinha 367 dias. Os estudos dos astros e o estabelecimento dos calendários deve ter levado a criação de ferramentas e de instrumentos de observação do tempo, como os relógios solares. Em *Machupicchu* (embora seja uma sociedade que surge em período posterior ao que estamos comentando) ainda existe um relógio solar muito bem preservado, o *Intiwatana*. A contagem do tempo também está relacionada a outra questão: a necessidade de preservar e contar a memória. A partir dos calendários foi possível estabelecer, no tempo, a ocorrência dos mais diversos acontecimentos. O registro desses acontecimentos poderia ser material ou imaterial e o contato com elas poderia ser por meio da escrita, das artes e do relato oral.

A Antiguidade Neo-Clássica (200 e.c - 1.500 e.c)

A Antiguidade Neo-Clássica (200 e.c - 1.500 e.c) é o período de aparição, apogeu e declínio de Estados agro-burocráticos neo-clássicos (Gana, Mali, Shongai, por exemplo) já na era cristã. Nos primeiros séculos da Era Cristã, as populações de caçadores-coletores “foram substituídas, em grande parte do sul da África, por povos agricultores que conheciam a metalurgia. Esses povos foram provavelmente os precursores de grupos de língua bantu que migraram para o subcontinente vindos de uma região situada no noroeste (Chade e Camarões)” (ref).

Nos três primeiros séculos da era cristã, embora perseguido, o cristianismo esteve em expansão no oriente, parte da Ásia, norte da África e na Europa. A partir do Édito de Milão (ref), documento do ano de 313, instituiu-se um acordo de tolerância religiosa, especialmente em relação ao cristianismo. Com isso, as perseguições diminuíram e o cristianismo conseguiu se expandir com mais facilidade, inclusive acumulando bens e propriedades, pelo menos na parte oriental do império. Mais tarde, por meio do Édito de Tessalônica, do ano de 380 do nosso tempo, a “fé transmitida aos romanos pelo apóstolo Pedro” (catolicismo) foi instituída como a única fé possível e reconhecida no império romano e foi permitida a punição daqueles que não se convertessem (os heréticos) (ref). O encontro da matriz social greco-romana com a filosofia judaico-cristã cria as bases da matriz civilizatória da Europa moderna e, por meio da exploração colonial, também das sociedades do sul global, pelo menos enquanto projeto instituído de matriz sócio-política dominante, já que houve (e ainda

há) resistência por parte de sociedades originárias e comunidades tradicionais do sul global que foram invadidas e exploradas. Com o advento do capitalismo industrial e da globalização, esse modelo hegemônico (que tem finalidade universalizante) vai ganhar novas forças e configurações. Mas voltemos ao início da era cristã.

Kemet vai sentir logo o efeito da instituição do cristianismo e proibição dos cultos tidos como “pagãos”. Muitos templos, documentos, construções foram destruídos/modificados. Muito da memória e das tecnologias da matriz civilizatória originária foi substituído por valores e práticas da matriz do ocidente cristão e, mais tarde, pela matriz islâmica.

Esse período também foi a época das cruzadas, entre os séculos onze e treze, quando cristãos e muçulmanos rivalizaram entre si pelo domínio do território da “terra santa” (que ficava em África). Por mais que o processo tenha em si um sentido territorial e religioso, não dá pra negar as implicações econômicas e comerciais que resultaram das cruzadas. Elas possibilitaram a reabertura do comércio de itens do oriente para a Europa, enriquecendo a classe mercantil europeia, especialmente na Itália, e facilitou o contato e troca cultural entre oriente e ocidente. Além disso, os templários, ordem militar de cavalaria que tinha função de proteger peregrinos em Jerusalém depois que ela foi tomada pelos cristãos, criaram um sistema de troca financeira que, de certo modo, funcionou como uma espécie de banco privado:

os templários dedicaram-se inteiramente à defesa de peregrinos cristãos a caminho de Jerusalém. A cidade havia sido capturada na

primeira Cruzada em 1099, e ondas de peregrinos começaram a chegar, viajando milhares de quilômetros pela Europa. Esses peregrinos precisavam, de alguma forma, bancar meses de comida, transporte e acomodação para todos eles, sem precisarem carregar grandes somas de dinheiro consigo – já que isso os tornaria alvo fácil para ladrões. Afortunadamente, os Templários tinham uma solução. Um peregrino poderia deixar seu dinheiro na Temple Church em Londres, depois pegá-lo de volta em Jerusalém. Em vez de carregar o dinheiro até lá, ele só precisaria levar uma carta com o crédito. (...) Nós não sabemos direito como os Templários faziam esse sistema funcionar, nem como se protegiam contra fraudes (ref).

Já por volta do ano de 1400 do nosso tempo havia sociedades da África que já conheciam o cristianismo e, por serem xenofílicas, ou seja, terem atração pelo que é diferente, e aglutinadoras, tinham incluído elementos do cristianismo em suas matrizes originárias. É o caso, por exemplo, do Congo e de Ngola que, já nessa época, tinham incluído em suas matrizes culturais elementos do catolicismo, como o culto a Santo Antônio e a Nossa Senhora da Conceição e a adoção de símbolos do catolicismo como a cruz de Cristo. Cabe citar Dona Beatriz Ñsîmba Vita, cuja memória e legado são apresentados por Patrício Batsíkama no livro “Dona Beatriz Ñsîmba Vita”:

Nascida, provavelmente, em 1684, na localidade de Mbwêla [ngânda Mbwêla] liderou um movimento religioso-político entre 1704-1706

que restaurou o reino do Kôngo, em declínio desde 1665. (...) A profetisa Nsímba Vita foi capturada com o seu filho no colo, mas esse último não foi queimado vivo junto da sua mãe, no dia 2 de julho de 1706 (Batsíkama, 2021).

Mariana Bracks Fonseca, no livro “Poderosas Rainhas Africanas” (2021), também faz relato sobre Kimpa Vita:

A mensagem que Kimpa Vita trazia diretamente de Nzambi conclamava os bakongo a defenderem seus valores ancestrais. Ela acreditava em Jesus Cristo, mas não na Igreja Católica Romana, então ela criou uma doutrina cristã congoleza, uma forma africana de vivenciar os princípios ensinados por Jesus de acordo com a cosmologia bakongo. (...) Kimpa Vita, regida pelo espírito de Santo Antônio, passou a pregar a libertação espiritual e cultural de seu povo em relação ao Vaticano, associando os padres europeus a feiticeiros invejosos que desuniam os bakongo. Os capuchinhos estavam diretamente relacionados na disputa de poder que motivava a guerra civil. (...) Muitas pessoas passaram a segui-la, acreditando em sua mensagem de fé e esperança da chegada do Messias negro. Kimpa Vita construiu uma versão africana de Cristo, Maria e São Francisco que, segundo ela, teriam nascido no Congo e seriam pretos. Os santos foram associados aos *bankita*, ancestrais divinizados que protegiam a comunidade. (...) Pedro Vale das Lágrimas (...) mandou prendê-la e levá-la ao capuchinho Bernardo da Galo. Este

padre italiano foi responsável por condená-la a fogueira por heresia, blasfêmia e feitiçaria. (...) o que aconteceu com seu filho ainda é um mistério. Para alguns ele morreu no fogo nos braços da mãe, para outros, ele teria sido poupado (Fonseca, 2021).

Kimpa Vita continua sendo figura emblemática para a resistência negra, especialmente para o povo de Angola e das regiões do Congo.

O reino do Congo merece menção por sua organização social e valores democráticos. Patrício Batsíkama aborda muito bem essa questão no livro “*Lúmbu: a democracia no antigo Kôngo*”. No livro ele fala das instituições que acompanharam a fundação do reino do Kôngo que revelam como se dava a divisão de poderes e o sistema de governo que pode, sem dúvida, ser chamado de democracia. Essas instituições são *mfúmu*, da autoridade, e *lúmbu*, da democracia. Nesse sistema a autoridade é investida ao representante da família mais velha, uma vez que *mfúmu* está relacionado ao conceito de linhagem uterina. A legitimação e o consenso são questões que ultrapassam a linhagem ou vínculo uterino, sendo necessário estabelecer e manter os laços de amizade e união entre as diferentes famílias/linhagens, por meio de eventos que vão reforçar os acordos de cooperação e irmandade e por meio das assembleias comunitárias. *Lúmbu* era a instituição máxima, pois definia a hierarquia militar, a democracia social, os órgãos da sistematização do poder e simbolizava a coesão da população. O poder era dividido em categorias: legislativo, executivo e militar. Essas funções eram exercidas pelos

12 clãs simbólicos das 144 comunidades fundadoras repartidas em três linhagens com funções invioláveis, cada linhagem responsável por um poder distinto: *Nsaku*, responsável pelo legislativo; *Mpanzu*, responsável pelo militar; e *Ñzinga*, pelo executivo. Hoje, o *Lúmbu* está limitado a um tribunal tradicional dos assuntos que a lei geral do país tem dificuldade de resolver (Batsíkama, 2014).

Encontrar exemplos de práticas democráticas em sociedades africanas dessa época não é algo difícil, pois vários são os casos conhecidos, do território africano, de tais práticas, como a tecnologia do consenso. Kwasi Wiredu nos explica que:

observou-se muitas vezes que a tomada de decisão na governança e na vida tradicional africanas foi regida pelo consenso. Como todas as generalizações sobre assuntos complexos, seria legítimo ter com este assunto uma dose de prudência. Porém, há evidências consideráveis de que a decisão por consenso era muitas vezes a ordem do dia nas deliberações africanas, e constituía um princípio. Então, não foi apenas um exercício de exagero quando Kaunda, presidente (democraticamente) afastado da Zâmbia, disse *‘Em nossas sociedades originais operamos por consenso, uma questão é tratada em um conclave solene até o momento que o acordo seja alcançado’*, ou como quando o presidente aposentado da Tanzânia, Nyerere também disse: *‘na sociedade africana o método tradicional de condução de assuntos é de livre discussão’* e citou, concordando com Guy Clutton-Brock, que *‘Os mais velhos se sentam sob as árvores grandes e falam até concordarem’* (ref).

A prática do consenso não significa ausência de divergências, conflitos e rupturas. Inclusive a reconciliação nesses casos de conflito é feita a partir da lógica do consenso e do resgate da boa vontade, fazendo com que as partes sintam que seus pontos de vista estão sendo levados em consideração. Cabe destacar que consenso também é diferente de votação (onde vence a maioria) (ref).

Este período do qual estamos falando também é época da expansão árabe na África e da expansão do catolicismo na África e nas Américas. O Império Árabe está relacionado ao tráfico escravagista negro pelo Saara, Oceano Índico e Mar Vermelho que começa em período anterior ao tráfico atlântico. Pouco se fala dessa rota de escravização, mas acredita-se que tenha sido tão ou mais perverso que o tráfico pelo atlântico. Estima-se que entre o ano 600 do nosso tempo e o ano 1960 do nosso tempo, o tráfico pelos árabes de africanos subsaarianos tenha afetado mais de 17 milhões de pessoas. “Somente na região do Saara, mais de nove milhões de africanos foram sequestrados e dois milhões morreram nas estradas” (ref) uma vez que a travessia era longa e realizada em péssimas condições. “Na Mauritânia, a escravidão foi oficialmente proibida apenas em agosto de 2007” (ref).

O tráfico de africanos para as terras do Islã foi estruturado em torno de duas rotas principais: o tráfego marítimo entre a costa da África Oriental e as do Oriente Médio, de um lado, e o tráfego de caravanas transaarianas, de outro. Na parte oriental do continente, ataques árabes afetaram uma área que compreendia o Chifre da África, a África Oriental e a região dos

Grandes Lagos. Os capturados durante expedições sangrentas eram então transportados por mar, saindo de enclaves situados na costa oriental do continente, entre a atual Somália e Moçambique, para as margens do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico. Zanzibar serviria por séculos como um centro para esse tráfego. Na África Ocidental, o tráfico de escravos árabes abrangia uma vasta região do Vale do Níger ao Golfo da Guiné. Esse tráfico seguia as estradas transaarianas. A travessia podia durar até três meses com uma alta taxa de mortalidade devido às péssimas condições da viagem ([ref](#), tradução nossa).

Para além da lógica do sequestro para trabalho forçado, é preciso entender que a escravização também foi um meio de roubo de tecnologias. Havia interesse pelo conhecimento e pelo trabalho especializado e, por isso, pessoas especialistas nas mais diversas áreas foram sequestradas para serem escravizadas.

Novos movimentos de diáspora vão acontecer nesse período, alguns incentivados pela investida árabe, como é o caso dos Dogon, para quem acredita-se que a migração para as atuais regiões de falésia onde esse povo vive hoje em dia tenha ocorrido como forma de resistir a islamização que acontecia no reino Mandé (Região da Guiné), onde, por suposto, viviam anteriormente ([ref](#)). Os Dogon:

habitam montanhas na região do Mali e de Burkina Faso. Eles têm um conhecimento astronômico fabuloso e por meio de suas próprias

tecnologias e de seu conhecimento endógeno, eles identificaram estrelas (*tolo*), planetas (*tolo tanaze*) e satélites (*tolo gonoza*). Identificaram, por exemplo, as estrelas Sirius muito antes dos astrônomos do pensamento ocidental com seus telescópios modernos. Tal conhecimento é tão antigo quanto o seu próprio calendário, muito complexo, que na verdade é um conjunto de quatro ciclos de tempo. Um se refere ao ciclo lunar que serve para a definição de meses, muito utilizado para a agricultura. Outro se refere ao ciclo solar, utilizado na definição de anos; outro se refere às diferentes fases de Vênus, demarcando um calendário ritualístico; e, por fim, outro referente ao ciclo de rotação da estrela Sirius B em torno da estrela Sirius A, que dura cerca de 50 anos, demarcando o momento em que se comemora ‘*Sigui*’, a festa de regeneração do mundo, que só ocorre a cada 50 anos ([ref](#))

Os Dogon também são muito conhecidos pela sua arte em madeira. Também podemos falar de Wagadu (Antigo Império do Gana) onde, conforme relata Zaus Kush:

se cultuava Bida, uma divindade serpente que correspondia ao conceito de Damballah Wedo no Vodun, Osumare Yoruba, Wadjet em Kemet e Kundalini na Índia. Os templos de Bida-Wadjet se espalharam para as províncias do Império do Gana, como o Reino Gonja, ao norte do moderno Gana. Esses Templos foram apropriados e transformados em mesquitas no final

do século XIII, depois que o Império do Mali estabeleceu o Islã como a religião oficial. A apropriação e conversão de edificações é uma prática comum das religiões abraâmicas em seu processo de fabricação histórica e sequestro espiritual ([ref](#)).

Prática comum aconteceu em *Tawantinsuyu* (Império Inca), quando a dominação espanhola inicia a imposição de seu modo de vida e religião. Uma das práticas comuns dessa época foi derrubar as construções incas, especialmente os templos (cujas arquitetura era baseada na construção de edificações com blocos de pedra) e usar as pedras para construir as bases das igrejas católicas em Cuzco. Algumas dessas igrejas foram construídas sobre templos Incas, como *Qoricancha* (centro religioso e complexo de templos como Templo do Sol, Templo da Lua, Templo das estrelas e Templo de Vênus) que “foi o templo mais importante e sagrado do Império Inca. Está localizado na Plaza Santo Domingo em Cuzco. Quando os espanhóis chegaram na cidade, eles solicitaram a construção da Igreja de Santo Domingo na fundação e das paredes do Templo” ([ref](#)). Quando foram encontrados vestígios da construção original de *Qoricancha* sob uma das paredes da igreja, eles não puderam ser escavados e estudados porque as paredes da igreja e suas pinturas são patrimônio histórico!

O império inca é uma sociedade que merece menção. Se consolida por volta das primeiras décadas de 1400 do nosso tempo, tendo fim em 1532 com a invasão e tomada espanhola. O império se forma a partir do acúmulo de tecnologias, memórias e modos de vida de sociedades que os precederam, como

sociedades Caral, Chavin, Moche, Lima, Tiahuanaco, Huari, Ychsma, Chimú, Chancay, entre outras. Dessa forma, os Incas se territorializam com grande repertório tecnológico e com uma grande complexidade da vida social, política e ritualística. Tecnologias estéticas de modificação corporal são muito utilizadas nessa sociedade, embora essas tecnologias também existissem em outras sociedades indígenas africanas e americanas. Alargadores (badoques), *piercing*, alongamento craniano, tatuagens, tudo isso era praticado. Uma curiosidade: você sabia que o corte de cabelo chamado moicano é de origem indígena? ([ref](#)). Tem tanta coisa que podemos falar sobre cabelos, mas fica para um outro texto. Este já vai ficar bem longo!

Na época dos Incas existiram verdadeiros laboratórios a céu aberto de experimentação agrícola, como é o caso de Moray, onde existem construções de plataformas circulares sob as quais existe complexo sistema de irrigação. Quinoa, Milho, Batatas, tudo isso era experimentado ali, e as técnicas e espécies desenvolvidas ali eram cultivadas nos terraços de cada núcleo/cidade.

A arquitetura Inca tinha como princípio preservar o relevo original, então não era comum haver aterros, ou corte de terrenos acidentados. A curvatura original do terreno era preservada. Como sociedades fixas, desenvolveram muito a tecnologia de grandes construções, especialmente de pedras. Sociedades anteriores como Lima, por exemplo, por volta do ano de 650 do nosso tempo, vão utilizar tijolos de barro, feitos com cerâmica moída, terra, conchas do mar (era uma cultura com forte ligação com o mar), assentados de uma forma que resistisse a terremotos.



Vista dos terraços de Moray, 2023
Fotografia por Carlos Pereira

Já naquela época havia a preocupação de que as tecnologias de construção resistissem ao tempo e a terremotos! Também em *Pikillaqta*, cidade pré-inca da cultura Huari (por volta do século seis e nove do nosso tempo), se utilizava o barro e pedra. Lá são encontradas evidências interessantes: casas de pavimento, com caiamento das paredes e pisos de argila queimada, tecnologias muito avançadas para a época. As pedras utilizadas pelos Incas em suas construções são encaixadas por meio de tecnologias muito avançadas e são dispostas de forma inclinada também para resistirem a terremotos. Dificilmente se verá decorações nas pedras; os incas eram mais de utilizar acessórios de decoração como tecidos, estátuas, vasos e outros objetos do que decorar as paredes em si com pinturas ou relevos.

Também nas américas, cabe citar as sociedades centro-americanas. Os maias se destacam pela sua arquitetura, que contém pirâmides, e pelos conhecimentos de astronomia. Contemporâneos de Kemet da era dinástica, foi uma sociedade longeva: estima-se a sua organização tenha ocorrido por volta do ano 2000 antes do nosso tempo, resistindo até aproximadamente o ano de 1540 do nosso tempo, quando ocorre a conquista espanhola dos seus territórios. A tecnologia da produção de chocolate é atribuída às populações indígenas da América Central, especialmente os maias, que consumiam uma bebida fria, gordurosa, amarga e picante, produzida com milho, especiarias, pimenta e as sementes de cacau, que também eram utilizadas como moeda ([ref](#)). Para Moara Tupinambá:

embrar que a origem do chocolate é indígena nos leva a perceber o quão

antiga é essa cultura, que não foi apagada ao contrário do que a ficção colonial afirma. Eles continuam vivos, conservam a língua e muitos costumes. São cerca de 7 milhões de indígenas que descendem dos Maias, por exemplo, e estão na Guatemala, Honduras, Belize e península mexicana de Iucatã. A língua maia, o quiche, é falada por 1,70 milhões de pessoas ([ref](#)).

Por volta de 1500 antes do nosso tempo ocorre a formação de outras duas grandes sociedades da América Central, os mixtecas e os olmecas (que ficaram muito conhecidos pelas gigantes cabeças de pedra que esculpam). Os mixtecas formaram “um grande número de cidades-Estado sob seu domínio. Destacaram-se pelo desenvolvimento de sua tecnologia bélica e por terem uma organização social complexa na qual as mulheres nobres podiam participar nas mais altas esferas de poder” ([ref](#)).

Os olmecas “se destacaram pelo desenvolvimento da agricultura, pelo assentamento nas cidades com centros cerimoniais, pela construção de esculturas monumentais, pela criação do calendário e pelos fundamentos da escrita” ([ref](#)). Curioso é que as famosas cabeças de pedra eram esculpidas com fenótipos negroides, como nariz de base larga e lábios grossos. Sobre isso, Zaus Kush acrescenta que:

A civilização Olmeca no sul do México foi fundada por marinheiros Kushitas que estabeleceram laços comerciais com as várias populações mesoamericanas e caribenhas com as



Vista de uma casa ainda conservada em Pikillaqta, 2023.

Detalhe para a parede caiada e o piso em argila queimada.

Fotografia por Carlos Pereira

riquezas culturais e materiais da África. Foi nessa época que os elementos culturais Africanos, como hieróglifos e a construção de pirâmides, chegaram às Américas e os produtos agrícolas americanos chegaram pela primeira vez à África. Embora seja verdade que os Africanos viviam na parte oriental da América do Sul muito antes de qualquer outro ser humano chegar às Américas, sua população nunca foi muito grande e foi ofuscada pelas ondas migratórias do sudeste asiático que chegaram depois. Assim, os mesoamericanos eram principalmente dessa origem do sudeste asiático quando encontraram os mercadores Kushitas. Isso é importante porque o Dr. Van Sertima foi muito enfático sobre a maioria mongolóide das Américas e como eles foram influenciados por comerciantes Kushitas e não que as Américas eram todas povoadas por Kushitas. Os Africanos na Mesoamérica e no Caribe eram uma minoria, mas uma minoria reverenciada e poderosa. Os descendentes desses Kushitas permanecem lá até hoje, como os Garifuna. Os Kushitas, com sua tecnologia e espiritualidade avançadas, tornaram-se um modelo de divindade para os antigos mesoamericanos que usaram os Kushitas como modelos fenotípicos na representação de suas divindades. Os europeus dataram originalmente essas cabeças por volta de 700 aec, o que coincide com a Era Imperialista Kushita da 25ª dinastia. No entanto, para combater o trabalho do Dr. Ivan Van Sertima, que revelou a influência Kushita na cultura Olmeca, os europóides mudaram radicalmente a data das cabeças olmecas para cerca de 1500 aec. De

qualquer forma, isso não anula os Kushitas em seu papel de influenciar o desenvolvimento da civilização mesoamericana, pois sabe-se que 1500 aec foi o período em que Kush foi anexada por Kemet e Kemet estava realizando grandes expedições marítimas. Foi nesse período que a escrita Kemética já estava sendo amplamente usada em Kush. Os Kushitas embarcaram em muitas viagens marítimas para a África Oriental e ao redor do Cabo. Entrando no Atlântico, eles encontraram a grande Corrente do Oceano Atlântico (uma das mais poderosas do mundo) que facilmente transporta navios da África Centro-Occidental para o Caribe. Esta Corrente do Oceano Atlântico facilitou uma antiga ligação que a África tem com as Américas. Desde a primeira onda de Africanos na América do Sul, muito antes de outros humanos chegarem ao Hemisfério Occidental; aos marinheiros Kushitas; e depois aos marinheiros do Império do Mali que vieram restabelecer o antigo comércio ([ref](#)).

Lembra do que já mencionamos lá atrás, sobre o milhete e o milho? Então, talvez esse movimento de navegação e comércio entre África e América ajude a explicar, também, a chegada do milho no continente africano desde as américas.

Outras sociedades como Zapotecas (500 a.e.c. - 900 e.c.), Teotihuacanos (150 a.e.c. - 1150 e.c.), Toltecas (650 e.c. - 1150 e.c.), Astecas (Mexicas) (1325 e.c. - 1521 e.c.) vão se formar nessa região da América Central. Se trata de sociedades mais complexas, organizadas e sedentárias.

Havia outras comunidades sedentárias menores, como os Totonacas, que ocuparam a região de Vera Cruz, no México, além daquelas caminhantes. Os Astecas “fundaram a cidade de México-Tenochtitlán, a atual capital do México. Eram uma civilização guerreira que conseguiu conquistar seus vizinhos e desenvolver um Estado imperial. Eles construíram grandes cidades, com palácios, templos e mercados” (ref). Lá, a bebida de cacau ganhou o nome de *tchocolatl* (em náuatle, língua asteca) e os grãos de cacau também eram utilizados como moeda (ref).

Mais para o norte do atual México, se estendendo também para parte dos Estados Unidos, está a região conhecida como aridoamérica, onde existiram sociedades indígenas que especializaram seus modos de vida para conviver com a aridez, como os acaxee, caxcán, cochimí, cucapá, guachichil, guamaré, guaycura, guarijo, huichol, kumiai, mogollón, opata, hohokam, pai pai, pericú, tarahumara, tecuexe, tepecanos, yaqui e zacatecos (ref). A maioria delas era nômade, o que dificulta encontrar evidências sobre elas e seus modos de vida, embora existam pinturas rupestres em vários lugares da região.

Em uma parte dessa região, chamada de oasisamérica, onde possivelmente havia mais oferta de água devido à existência de oásis, viveram os anasazi, os mogollón e os hohokam, que “construíram assentamentos nas falésias das montanhas e utilizaram diversas técnicas de irrigação para aproveitar a escassa água que havia na região” (ref). Devido a aridez, calor e escassez de água “construíram suas casas com técnicas arquitetônicas que lhes permitiam refugiar-se do calor e da hostilidade do clima. Com seus canais, terraços, barragens e topos

transformaram a paisagem que habitavam. Nos vales, planaltos e falésias das montanhas, construíram aldeias com casas multifamiliares de vários andares” (ref). Essas sociedades não permaneceram o tempo todo isoladas: “A partir do século V d.C., entraram em contato comercial com culturas mesoamericanas, dos quais tomaram a construção de montículos cerimoniais e a prática do jogo de bola” (ref). Cabe destacar que os esportes são tecnologia bem antiga também e que são atribuídos aos povos indígenas os jogos com bola, arco e flecha, alguns tipos de lutas corporais, a canoagem e a peteca, entre outros.

Sociedades indígenas no continente americano, mesmo aquelas mais fixas no território, terão muita preocupação com a criação e manutenção de caminhos. O império inca, por sua grande extensão, é sempre citado como exemplo disso. Construíram vários caminhos para movimentação entre as diferentes partes do império, em todas as direções. Isso demanda tecnologia, não só de construção de caminhos, mas também de tecnologias de apoio como postos que serviam para monitoramento e contagem de pessoas que passavam por esses caminhos, como é o caso de *Puka Pukara*, complexo que era ligado à *Tambomachay*, lugar reservado para culto à água. *Puka Pukara* estava situada estrategicamente onde se tinha visão privilegiada dos principais caminhos que levavam a *Cuzco* e a *Ollantaytambo* (9) e de onde, acredita-se, era feito o monitoramento e contagem do fluxo de pessoas e materiais.

As tecnologias de caminhos servirão, inclusive, para possibilitar o encontro entre diferentes grupos, como é o caso do caminho de *Peabiru*, que conectava as

sociedades do Pacífico (entre elas, os Incas) ao Atlântico (ocupado, entre outros, pelos Guaranis). O caminho foi construído com tecnologia que dificultava o crescimento de mato que impedisse a passagem. Assim, mesmo que se demorasse muito tempo entre uma passagem e outra pelo caminho, ele estaria sempre livre, limpo e transitável. Alguns afirmam que este caminho tenha sido construído entre os anos 400 e 500 do nosso tempo, outros afirmam que sua construção remete a pelo menos 10mil anos antes do nosso tempo. “A maior parte do caminho original desapareceu, consumido pela natureza ou transformado em rodovias ao longo dos séculos. Somente nos últimos anos, essa fascinante rota começou a revelar seus mistérios para o público, graças ao desenvolvimento de novos passeios turísticos” ([ref](#)). Sobre este caminho, a repórter Catherine Balston, da BBC, relata que:

É fácil compreender por que essa trilha transcontinental cativa a imaginação das pessoas com tanta facilidade — uma fascinação que vem desde o primeiro europeu conhecido por caminhar por toda a sua extensão: o navegador português Aleixo Garcia. Garcia naufragou no litoral de Santa Catarina no ano de 1516, depois do fracasso de uma missão espanhola que pretendia navegar pelo Rio da Prata. Ele e meia dúzia de outros navegadores foram acolhidos pelos receptivos indígenas guaranis. Oito anos mais tarde, depois de ouvir as histórias

sobre um caminho que levava até um império nas montanhas, rico em ouro e prata, Garcia viajou com 2 mil guerreiros guaranis até os Andes, a cerca de 3 mil quilômetros de distância. A pesquisadora brasileira Rosana Bond, no livro *A Saga de Aleixo Garcia: o Descobridor do Império Inca*, afirma que Garcia foi o primeiro europeu conhecido a visitar o império inca em 1524 — cerca de uma década antes da chegada do conquistador espanhol Francisco Pizarro, amplamente conhecido como ‘descobridor’ do povo originário dos Andes peruanos. As trilhas que vinham do Brasil conectavam-se à rede de estradas incas e pré-incas através dos Andes, que hoje recebem muitos visitantes, mas o Caminho de Peabiru propriamente dito deixou poucos vestígios ([ref](#)).

Esse relato é interessante não só pelo que mostra sobre o caminho de Peabiru, mas também pelo que sinaliza sobre comunidades indígenas na região do Brasil na época de 1516, já dentro de outro período da nossa cronologia, chamado de período ressurgente da modernidade (1.500 e.c - 1.870 e.c).

(9) *Ollantaytambo* servia como local de descanso de quem fazia o trecho *Cuzco-Macchupichu*, pois se localiza na metade desse percurso, a um dia de caminhada tanto de uma quanto da outra cidade).

Modernidade - período ressurgente (1.500 e.c - 1.870 e.c)

Este é um período marcado pela dominação imperial europeia e tráfico escravagista transatlântico (que tem base cristã). Nessa época, aqui no Brasil, as comunidades já se organizavam de forma muito complexa, ocupando todo o território; em maior quantidade nas áreas de costa e na região Amazônica, mas mapas da época mostram que áreas do interior já eram ocupadas ou, pelo menos, utilizadas para trânsito de indígenas. Conforme as condições de cada território as tecnologias vão se diferenciar: cosmo percepções, línguas, cultura alimentar, cerâmica e produção têxtil, arte e adornos, sistemas de medicina, formas de habitação. Embora a diversidade que resulta de toda essa variação, elementos comuns, compartilhados pelas diferentes culturas podem ser citados. Um deles é a hospitalidade.

Os primeiros anos de contato entre indígenas e não indígenas da Europa foi marcado pela hospitalidade. Muitos dos que chegavam na costa do Brasil estavam em péssimas condições de saúde e foram recebidos, cuidados e alimentados por indígenas.

Por exemplo, esse próprio Aleixo Garcia que depois de oito anos entre os indígenas Guaranis resolve empreender viagem até os Andes (10). Isso demonstra que os primeiros processos de cuidado prestado por indígenas aos europeus foi de longo prazo, durando anos. Essa hospitalidade será praticada até o momento em que os indígenas percebem as intenções colonizadoras dos europeus. Ailton Krenak fala muito sobre isso. Desse momento em diante os indígenas começam a organizar sua resistência.

É importante falar sobre isso porque há um imaginário de que os indígenas não ofereceram resistência. Para reverter essa ideia é preciso evocar a indígena Iguassu que lutou ao lado dos Aymberê no Rio de Janeiro contra tropas portuguesas (ref). Evocar, também, Clara Camarão, que foi “uma indígena potiguara, nascida na metade do século XVII, às margens do rio Potengi, na região onde se localiza o bairro de Igapó, em Natal (Rio Grande do Norte). Se destacou em batalhas ocorridas durante as invasões holandesas em Olinda e no Recife” (ref). É preciso lembrar do tuxaua Guaimiaba, que liderou o Levante Tupinambá (1617-1621). Guaimiaba “reuniu diversos grupos indígenas nativos da movimentada região de Mairi (atual cidade

(10) Ressalta-se, em busca de ouro e de prata, abundante entre os Incas. Mas diferente dos europeus, os Incas não viam valor financeiro nem colocavam sentido ao ouro e a prata de bem acumulável como riqueza pelas pessoas. Embora há relatos de que entre os Incas, mais provavelmente no final do império, tenham utilizado a prata como moeda, ouro e prata tinham mais valor ritualístico, sendo utilizado para compor adornos de sacerdotes, elementos de culto e de oferenda às divindades. Não há relato de algum inca que tenha ganhado poder ou relevância social/econômica ou “ficado rico” por ter acumulado ouro e prata. Tanto que os Incas não compreendiam porque os europeus tinham tanto interesse no ouro e na prata, o que demonstra que havia diferença no valor dado a esses elementos por essas duas matrizes. Essa ideia de ficar rico pela acumulação de riquezas era da matriz de pensamento europeia (capitalismo).

de Belém do Pará) para travar uma luta contra os portugueses, devido aos abusos cometidos por estes colonizadores ao explorarem a mão de obra indígena na Conquista do Pará. Movimento marcante dentre uma série de levantes que ocorreram na região no período de 1617 à 1619” (ref). Lembrar, também, de Sepé Tiariju, indígena guarani no Rio Grande do Sul, conhecido por sua resistência aos ataques de Portugal e Espanha no período colonial. Lembrar de Dionísia, indígena do Ceará que liderou luta de mulheres contra a ocupação colonial. De Cunhã Moçara, liderança tapajó que atuou como mediadora cultural entre indígenas e portugueses (ref).

Lembrar, dentre muitas outras e outros, também de Cauiré Imana, retratado como cacique rebelde no livro que conta a história da resistência guajajara (ref). O cacique Urutau Guajajara, descendente de Cauiré, nos conta que

Cauiré Imana, meu bisavô é Kauire. Então, a cultura dominante judaico-cristã foi tão cruel, que os nomes relacionados a aves de hábito noturno eram totalmente demonizados, eram totalmente apagados: Caboré, Cauiré, Batoré, Urutau são aves fantasmas, digamos assim, são aves de mau agouro na visão judaico-cristã (...). O meu bisavô foi preso em março, em treze de março de 1901, e foi assassinado na cadeia de Barra do Corda no dia treze de maio. Ele ficou dois meses, março, abril, maio, dois meses apanhando na cadeia de Barra do Corda, e foi assassinado naquele treze de maio de 1901. Kauire é um divisor de águas. Então, a saga dos tenetehara guajajara é antes de Kauire e depois de Kauire. Os

descendentes de Kauire eram bem poucos e aí aumentaram bastante agora (ref).

Suas tecnologias de guerra incluíam, por exemplo, a utilização de armas que continham veneno animal. Contudo, não dispunham de armas de fogo, como os europeus.

A colonização pelos europeus foi possível a partir de algumas tecnologias: a primeira foi se lettrar e se apropriar do modo de vida indígena. Para isso foram enviadas missões para conhecer as cosmopercepções, as línguas, as formas de organização social para explicar ao colonizador a matriz civilizatória indígena. A partir disso, se teve elementos para desenhar a investida colonial e implantação do modo de vida e cosmopercepção do colonizador, inclusive o catolicismo. Isso quer dizer que a colonização e catequização dos indígenas no Brasil se deu em tupi pelos jesuítas, que passaram anos por aqui se apropriando das culturas indígenas. Outra tecnologia, conforme relatou o professor Arthur Baptista, em seu curso sobre a cultura bantu (2023), foi criar, na colônia, uma elite colonial que, ao replicar o modo de vida do colonizador, se sentia distinta das populações originárias e mais próximas do próprio colonizador, servindo de força local para manutenção do sistema de exploração colonial.

Desde muito cedo incomodou ao colonizador a prática do ócio pelas sociedades originárias da época, a ponto de chamar os indígenas de preguiçosos. O ócio, na perspectiva da ética do bem-viver, que nasce no seio de comunidades indígenas, é

fundante, organizador do corpo e da mente pessoal e comunitária. A partir do ócio foi possível entrar em contato com a natureza e desenvolver várias tecnologias e tem sido assim desde a pré-história; nós já falamos disso. O ócio desenvolve a inteligência e a inventividade e os colonizadores já sabiam disso desde Sócrates, já que eles próprios afirmam que só era possível, para ele, o Sócrates, pensar as coisas que pensava porque ele praticava o ócio. Se o ócio ativa a criatividade, então será combatido pelo colonizador que quer os corpos colonizados ocupados e cansados, para que sejam dóceis, que não pensem, que não sejam criativos e que não se articulem nem mobilizem resistência. (Você está neste momento pensando o mesmo que eu, que essa é a mesma lógica utilizada pelo capitalismo do nosso tempo para que sejamos cada vez menos inteligentes e mais manipuláveis? Será que no fim das contas a própria inteligência artificial está a serviço dessa lógica?)

Enfim, voltemos às sociedades indígenas. É mentiroso o discurso que os indígenas eram preguiçosos, que não eram dados ao trabalho e que, por isso, precisaram ser substituídos pelos africanos. Primeiro porque eles não são preguiçosos; segundo porque a escravização negra não substituiu a escravização indígena, elas continuaram concomitantemente em atividades distintas.

Sabe-se que no Norte, por exemplo, enquanto a mão de obra negra ficava responsável pela agropecuária, os indígenas ficavam responsáveis pela coleta extrativista de produtos de interesse dos europeus e do comércio exterior, as famosas drogas do sertão, que incluía guaraná, cacau, baunilha, castanha, urucum, por exemplo:

Já no final do século 17, quando o sistema de capitanias começou a ruir, os poucos colonos brancos empobrecidos na Amazônia dependiam do trabalho dos indígenas escravizados, obtidos pelas tropas de resgate, os quais ajudavam a manter os negócios. Diferente de outras colônias no restante do Brasil havia poucos escravizados negros no Maranhão e Grão-Pará, o que mudou apenas na era pombalina (sec 18) quando o Marquês de Pombau incrementou a chegada de mais negros na região e o trabalho ficou assim dividido: Os escravizados africanos trabalhavam na monocultura de produtos para a exportação, geralmente cacau, café, arroz e açúcar. Os indígenas cultivavam mandioca e arroz para o consumo local e, principalmente, estavam envolvidos nas árduas expedições anuais de coleta nas florestas (ref).

Há evidências de escravização concomitante de negros e indígenas em uma região do estado do Rio de Janeiro em fazenda de jesuítas, trabalhando na produção de açúcar. A catequização feita pelos jesuítas significou o monopólio dos próprios jesuítas sobre a mão de obra indígena escravizada. É claro que isso deu muito ruim e contribuiu para a expulsão deles aqui do Brasil.

Acredita-se que a escravização indígena tenha acontecido até o final da ditadura militar, época em que foram construídos locais como o reformatório Krenak, em Minas Gerais, para onde eram levados indígenas que eram submetidos a torturas e trabalhos forçados. Isso foi parte de um conjunto de ações para destituir indígenas de seus territórios (11).

Sobre o processo que culminou no enfraquecimento da igreja e consequente expulsão dos jesuítas, cabe citar o ato do Marquês de Pombal de determinar a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa “Língua do Príncipe” aqui na colônia (Lei do Diretório de 3 de maio de 1757, [ref](#)). A língua falada no Brasil, até então, era a chamada língua geral (12), língua crioula cuja matriz era o tupi. Essa foi, por muito tempo, a tecnologia de socialização e comunicação doméstica na colônia, passando, mais tarde, a ser utilizada até na vida pública. Era por meio da língua geral que os Jesuítas catequizavam e aculturavam os indígenas no modo de vida do colonizador. “Através desta Lei, Marquês de Pombal proibiu o ensino e o uso da língua local. O português é instituído como língua única no território brasileiro, a finalidade deste ato governamental era enfraquecer o poder da Igreja Católica sobre a colônia” ([ref](#)).

Isso teve alguns desdobramentos, como as primeiras políticas públicas de escolarização e alfabetização (em português) e os movimentos de resistência de indígenas, que se recusavam a aprender e falar o idioma do colonizador. Sem a alfabetização no português, eles passaram a ser considerados analfabetos. Boa parte dos números históricos de analfabetismo no Brasil está relacionado a esse comportamento de indígenas recusarem se submeter a alfabetização. Infelizmente, essa história tem

sido desconsiderada quando pensamos a educação de jovens e adultos (EJA) como principal estratégia de combate ao analfabetismo. Sabendo disso, acho pouco libertador e pouco promotor de justiça histórica um programa, currículo, estrutura de EJA que não aborde essa questão e que não inclua em sua proposta o ensino de línguas indígenas, como forma de promover justiça histórica e cognitiva.

Na década de 1550 chegam os primeiros africanos para serem escravizados aqui no Brasil. Ao longo do período de escravização negra estima-se, conforme aponta Ângela Gomes ([ref](#)) que tenham chegado aqui pessoas de mais de 800 nações e etnias africanas. Aqui eles vão, desde muito cedo, organizar suas resistências, buscar restituir família e criar condições de se socializarem a partir de suas matrizes civilizatórias, e estabelecer formas de cuidar da saúde, uma vez que não se dispunha de médicos para cuidar das pessoas escravizadas. Assim, vão sendo organizados levantes e revoltas ao longo do tempo, são organizados os quilombos, os calundus, os terreiros e mais tarde as casas de dar fortuna, uma das precursoras das casas de umbanda, pelo menos no Rio de Janeiro. Todas essas são tecnologias de resistência.

Os terreiros vão surgir sob diferentes denominações conforme a região: candomblé, batuque, xangô, mina, entre outros.

(11) Para saber mais sobre os reformatórios indígenas, acesse [aqui](#)

(12) Embora tenha o mesmo nome, essa língua geral é diferente da língua geral nheengatu, ainda falada em regiões amazônicas. A língua geral que nos referimos aqui teve, provavelmente, origem no litoral sudeste, tendo sido usada inclusive por bandeirantes em suas campanhas no interior. Essa língua serviu para comunicação entre indígenas e não indígenas, facilitando o processo de aculturação, catequização, captura e escravização indígena.

Os primeiros terreiros, acredita-se, tenham surgido na Bahia, como terreiros de candomblé e serviram, antes de serem considerados como religião, como espaço de socialização entre negros africanos e como espaço de prática de cuidado em saúde a partir de seus sistemas tradicionais de medicina, o que incluía práticas como o culto aos ancestrais e divindades, a consulta oracular, a possessão e o uso de ervas e plantas para chás, banhos e consumo. Mais tarde, esses locais serão abertos a negros brasileiros (os crioulos) e também aos não-negros. Isso acontece desde muito cedo na história dessas casas e talvez tenha contribuído para que essas casas passassem a funcionar como religiões.

Em um artigo sobre sistemas tradicionais africanos de medicina (ref) escrevemos que:

a prática do cuidado tradicional em saúde foi essencial no período colonial, quando não havia serviço médico instituído para cuidar da saúde dos negros. Conforme retrata Pôrto (2006), foi de suma importância a utilização de saberes médicos originários de África para os negros atuarem em suas próprias causas e necessidades. Daí a formação, na sociedade colonial do campo e da cidade, dos curandeiros, quimbandeiros, feiticeiros e rezadores, também citados por Pôrto (2006) e dos sangradores, aplicadores de sanguessugas e parteiras, citados por Pimenta e Gomes (2016). Na ausência de um *Nganga* (ou *Nãnga*, *N'ãnga*, *Mganga*, *Inyanga*, *Nyanga*, *Nganga*, ou mesmo *Ngoma*) ou de um *Onísègun*, por exemplo, e de todo o contexto socioambiental em que estavam inseridos em África, foi

preciso adaptar o saber medicinal aos novos contextos e territórios, e identificar, nesses contextos, as pessoas de referência. No caso das comunidades de terreiro, muito frequentemente essa figura foi a mãe ou o pai de santo, principalmente a mãe de santo, figura ao redor da qual se articularam as primeiras casas de Candomblé. No caso das comunidades de pares, como os quilombos, seria necessário uma pesquisa mais profunda para identificar, para além das benzedeiros/os e rezadores, que identidade ficava a cargo dessa função. No caso das camadas populares, no campo e na cidade, erveiras/os, raizeiras/os, rezadores, benzedeiros/os, cumprem, ainda hoje, essa função. Este conhecimento foi empregado não somente nos processos de socialização e cuidado entre comunidades negras; mesmo para pessoas brancas, esse conhecimento africano de cuidado em saúde foi utilizado desde muito cedo. Isso pode ser visto, por exemplo, a partir do relato de Daibert (2015) sobre a ritualística do Calundu, de origem bantu, praticado no Brasil colônia. A/o praticante (na maior parte das vezes uma mulher) entrava em transe, durante o qual ancestrais e encantados se manifestavam nela para promover a cura dos consulentes, alguns dos quais pessoas brancas. O que era recomendado envolvia, muitas vezes, o uso de plantas e ervas com propriedades terapêuticas (ref).

Dentro da estrutura colonial será de suma importância, especialmente para povos bantu, as irmandades católicas. Por meio delas era possível formar família, pois era comum o casamento entre pessoas da mesma irmandade. Também era forma de garantir que se seria enterrado conforme os preceitos da sua origem, e não seria apenas jogado em uma vala qualquer como frequentemente acontecia, especialmente no campo, com pessoas negras não pertencentes a uma irmandade. Além disso, era uma forma de movimentar a economia e gerar recursos, uma vez que as festas eram organizadas pelas irmandades que geriam também o dinheiro que circulava com a venda de quitutes e itens das festas. Muitas alforrias foram compradas a partir desse dinheiro movimentado pelas irmandades negras. Uma irmandade muito famosa é a da Boa Morte, na Bahia.

Cabe citar o circuito econômico negro (que em alguns casos envolve a sociedade branca e em outros não) que começa a se formar na colônia, muito protagonizado por mulheres, reproduzindo aqui o que acontece em alguns lugares, como na região da Nigéria, onde as mulheres têm proeminência nos mercados e no controle da economia. Aqui veremos as ganhadeiras, as quituteiras, as lavadeiras, as charuteiras, as vendedoras de frutas, verduras e peixes, as vendedoras de tecido e de outros artigos. Tabuleiros, trouxas, gamelas, tachos, cestos sobre a cabeça ou em bancas nos cantos e esquinas das ruas. Essa forma de economia se tornou tão complexa que resultou na organização de uma estrutura composta por vendedoras, as chefes de canto que cuidavam cada uma

de um conjunto de mulheres, respondendo a uma chefia geral que organizava o comércio (13).

A rua sempre foi ponto estratégico não só de economia, mas de circulação de informações e mobilização para a luta. Podemos citar, por exemplo, Adelina Charuteira, no Maranhão, que aproveitava seu ofício e seu passe para circular nas ruas para estar:

em espaços engajados na libertação de escravos e passou a ajudar uma associação de estudantes conhecida como Clube dos Mortos, que possibilitava a libertação de escravizados pela compra, alforria ou fuga. O seu papel foi imprescindível para que muitos escravos fossem libertos e livres da morte dados seus conhecimentos sobre as ruas, além de rotas de deslocamento policial. Conta-se que Adelina fumava um charuto todas as vezes que tinha informações importantes para os estudantes (ref).

Os quilombos também merecem menção pois, além de serem importante estratégia de enfrentamento à escravização e luta pela liberdade, propiciaram a criação de sociedades, nas colônias, cuja organização, economia e funcionamento seguiam fundamentos de culturas originárias. Há quilombos que foram fundados/geridos por mulheres. Fala-se muito de Aqualtune, tia-avó de Zumbi, que foi uma das lideranças do quilombo do Macaco, que fazia parte da confederação Palmares (ref).

(13) Ana Maria Gonçalves, no livro “Um defeito de cor”, relata um pouco de como era esse circuito econômico de rua protagonizado por mulheres.

Palmares fica na região da serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. Foi muito emblemático pela sua longevidade, tendo sido fundado por volta de 1580, época dos primeiros registros da existência de um quilombo nessa região. Nas primeiras décadas de 1600 houve grande crescimento de Palmares, que já era formado por um conjunto de núcleos que mantinham relações entre si, conferindo a Palmares a alcunha de confederação. Tereza Onã se refere a Palmares como “República Livre de Palmares” (Onã, 2021). “Pouco se sabe, também, acerca da organização política do quilombo. Alguns supõem que se constituiu ali um verdadeiro Estado, nos moldes dos reinos africanos, sendo os diversos mocambos governados por oligarcas sob a chefia suprema de um líder. Outros apontam para a possibilidade de uma descentralização do poder entre os diferentes grupos, pertencentes às diversas etnias que formavam os núcleos de quilombos, que delegavam esse poder a lideranças militares conforme o seu prestígio” (ref). Embora fosse um quilombo de rompimento, há relato de certa interação, inclusive econômica, com a população externa. Vejamos esse relato, sobre Palmares: “Essa população sobrevivia graças à caça, à pesca, à coleta de frutas (manga, jaca, abacate e outras) e à agricultura (feijão, milho, mandioca, banana, laranja e cana-de-açúcar). Complementarmente, praticava o artesanato: (cestas, tecidos, cerâmica, metalurgia). Os excedentes eram comercializados com as populações vizinhas, de tal forma que colonos chegavam a alugar terras para plantio e a trocar alimentos por munição com os quilombolas” (ref).

É interessante ressaltar que os quilombos acolhiam não somente negros, mas também indígenas. Esse contato e cooperação entre

negros e indígenas foi fundamental para o processo de resistência indígena, como no caso da etnia puri, como nos relata Dilmar Puri em uma participação que ele fez em uma das rodas de conversa do grupo de estudos que a gente mantinha, os “estudos malungos”. Esse relato está disponível [aqui](#).

Além dos quilombos de rompimento, distantes das cidades e vilas, formados com o intuito de serem escondidos mesmo, existiam os quilombos urbanos. Eles tiveram papel fundamental em momento próximo da abolição, quando serviram de espaço de acolhimento de fugitivos, organização militar e estratégica para formação de levantes e revoltas, preservação cultural e socialização, por meio de festas, cultos e práticas como a capoeira, além de servirem para produção de materiais que seriam vendidos na cidade, como no caso de quitadeiras que preparavam lá seus quitutes, vendidos nos cantos e esquinas das ruas. Esses quilombos ficavam perto das cidades, cerca de três a cinco quilômetros de distância (ref). Com a abolição, esses lugares não deixaram de ser ocupados e acredito que tenham dado origem a várias comunidades que, mais tarde, seriam chamadas de favela. Para nós, a favela enquanto instituição, representa a continuidade dos quilombos urbanos.

Outros locais que tiveram grande importância tanto para a economia negra da colônia quanto para a organização sociopolítica e estratégica de enfrentamento da escravização foram os zungus, que eram casas na cidade, muitas delas geridas por mulheres, onde quituteiras podiam preparar os alimentos. Mas, para além disso, zungus serviram como local de acolhimento de fugitivos, encontros para organização de movimentos de resistência, festas, rodas de

capoeira, rodas de samba, rituais de culto ancestral. Comuns no Rio de Janeiro:

eram casas escondidas entre os demais edifícios urbanos, com suas fachadas estreitas, longos corredores e pátios abertos no meio da construção. Em sua maioria, eram comandados pelas quitandeiras da praia do Peixe que, em solidariedade, serviam angu para outros escravizados urbanos, vindo daí a alcunha ‘casa de angu’. Circulavam pelos zungus muitos escravizados de ganho, libertos, recém-chegados do continente africano, escravizados vindos da Bahia e outras cidades que, misturados, dificultavam o trabalho da polícia de identificar quem era fugitivo e quem não era. A associação dos zungus com espaços para refeição também colaborou para que ficassem por muitos anos invisíveis aos olhos da repressão policial, que não enxergavam neles o mesmo perigo com que viam os quilombos. Essa invisibilidade foi fundamental para que os zungus se multiplicassem (ref).

Com o tempo, os zungus passaram a ser foco de atenção da vigilância policial. Talvez por isso zungus tenham ficado conhecidos como “local de desordem”, mas isso só do ponto de vista do colonizador. Entre negros e negras era “uma ‘comunidade invisível’ de solidariedade” (ref).

A capoeira também vai ser uma tecnologia importante de socialização e movimentação econômica nas grandes cidades. De socialização porque era possível alcançar um

status de grande respeito dentro da comunidade negra (e até mesmo fora dela) conforme o grau alcançado entre praticantes da capoeira. De movimentação econômica porque era possível que, em momentos de grande movimentação ou tensão social, como em vésperas de eleições, grupos de capoeiristas fossem contratados para garantir a segurança e ordem (GONÇALVES, 2006). Com a abolição, infelizmente, práticas como a capoeira, o samba, o culto em terreiros e casas de dar fortuna, o fumo de angola, serão formalmente proibidos. Surge a Lei da Vadiagem (ainda vigente nos dias de hoje). Com a criminalização dessas práticas surge uma política de estado de vigilância dos territórios ocupados pelos negros. Especificamente no caso do fumo de angola (*liamba, diamba*) tais políticas vão culminar na atual política antidrogas e “guerra ao tráfico” nas favelas. Não dá pra esquecer o cunho racista de tais políticas, visto que o grande problema de hoje são as drogas sintéticas, produzidas por laboratórios e vendidas fora do circuito de favela. Isso demonstra que, infelizmente, a vigilância sobre o consumo de Cannabis e a atuação do Estado nas favelas ainda tem cunho racista e serve para manter viva e atual às práticas de genocídio das populações negras.

Entre 1700 e 1800 o Brasil se tornou o maior produtor de arroz do mundo, graças a uma tecnologia africana trazida por mulheres e apropriada pelos colonizadores (ref). Por aí, percebemos que a escravização negra foi estratégica e tem em seu âmago o interesse pelas tecnologias africanas de agricultura, arquitetura, mineração e siderurgia, principalmente. O ciclo da cana só foi possível porque a tecnologia de cultivo da cana foi trazida da África (a cana vem do continente africano). O ciclo do

ouro só foi possível porque a tecnologia de mineração foi trazida da região da Costa da Mina. Esses são apenas alguns exemplos dos conhecimentos africanos que foram apropriados pelos colonizadores por meio da escravização. O professor Henrique Cunha aborda muito bem a questão das tecnologias africanas apropriadas pela escravização e colonização no livro “Tecnologia Africana na Formação Brasileira”.

Durante todo o período de colonização do nosso território houve resistência negra e indígena. Inclusive, essas resistências se uniram em diferentes contextos, momentos e territórios. Falamos um pouco sobre a resistência indígena e um pouquinho da resistência negra, especialmente quando falamos dos terreiros, irmandades, da economia de rua, dos quilombos. Gostaria de citar algumas tecnologias sabidamente utilizadas por pessoas negras em seus microprocessos de resistência. Ao exemplo do que nos lembra Ângela Gomes (ref), ao citar as mulheres negras que utilizavam do chá de Guiné para matar seus senhores. Podemos citar, também outras estratégias, como a utilizada por Zacimba Gaba, que

foi uma princesa da nação Cabinda, em Angola, que foi levada escravizada da África para o Brasil em 1690, precisamente à Fazenda José Trancoso, no Espírito Santo. Zacimba sofreu uma série de castigos e violências por parte do dono da fazenda, envenenou-o com o chamado ‘pó de amansar sinhô’ (grifo nosso) e liderou a fuga e a fundação de um quilombo às margens do riacho Doce. Dedicou boa parte do seu tempo à construção de canoas e à organização de ataques noturnos no porto próximo à aldeia

de São Mateus, libertando as pessoas negras recém-chegadas (ref).

Pó de amansar sinhô, “um dos venenos mais utilizados na região de São Mateus e Conceição da Barra era extraído da cabeça da ‘Preguiçosa’, uma cobra temida pelo seu veneno mortal, característica do Vale do Cricaré. Pegavam a cobra, preferencialmente viva, e cortavam-lhe a cabeça, sem extrair o veneno. Em seguida, era a cabeça torrada e moída até produzir um pó ‘bem fino’ que ‘era misturado no dicumê do sinhô por vários dias até sua morte’”(ref).

A colaboração entre negros e indígenas pode ser visualizada, também, a partir de Tereza de Benguela, que chefiou, em região do Mato Grosso, o quilombo do Piolho. “Sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770, quando foi destruído pelas forças de Luís Pinto de Sousa Coutinho e a população (79 pessoas negras e 30 indígenas), morta ou aprisionada. As pessoas sobreviventes passaram por humilhação pública, foram marcadas a ferro com a letra F, de ‘fujão’ ou fugitiva/e/o e devolvidas as pessoas/famílias nas quais estavam submetidas a escravização” (ref). Podemos aqui falar de muita gente, como Felipa Maria Aranha, originária da Costa da Mina, que no Pará organizou forte resistência quilombola, ou mesmo Maria Felipa de Oliveira, que liderou um grupo de mulheres negras que conseguiu colocar fogo em embarcações portuguesas atracadas em Itaparica e dar uma surra de cansação nos soldados da guarda. Há quem vai defender que se trata de uma lenda, mas é inegável a relevância que essa passagem ganhou na Bahia e o valor que ainda tem para a cultura



*Foi mãe Oxum que ensinou
por Carlos Pereira, 2024*

negra de lá.

De volta ao continente africano, essa época, por mais fatídica que tenha sido e marcada pelo apagamento de várias culturas, genocídios, destituição de territórios e pela maafa (14), também é época de importantes marcos históricos e tecnológicos. É época da aparição, apogeu e declínio de Estados agro-burocráticos do Kongo, Oyo e Diolof, por exemplo. Também é época de grande movimentação econômica, pela exportação de produtos africanos. A África será local de exportação de diferentes gêneros, desde o sabão (o que prova que em culturas africanas havia, desde muito cedo, a preocupação com o asseio e higiene), o fumo (vindo especialmente das regiões da Nigéria (15)), de arroz (o arroz é africano, da região do Congo), de café (da Etiópia), entre outros.

Várias sociedades da época tinham desenvolvido diferentes tecnologias de produção têxtil, o que resultou em uma variedade de texturas, cores, padrões e desenhos nesses tecidos. Vale lembrar que o algodão também tem origem africana, no Golfo do Beni. Entre os Ashanti, povo Akan, aqueles que já mencionamos quando falamos da diáspora dos kemetyu, ficaram conhecidos os tecidos decorados com símbolos *adinkra* (16), que são uma forma de

escrita a partir de desenhos. Cada desenho é relacionado a um provérbio, guardando, portanto, cada *adinkra*, um significado e um contexto específico de uso.

É importante destacar a rota de comércio de gêneros alimentícios, elementos de culto e outros produtos desde África para o Brasil. Já falamos do tabaco. Mas outros itens como o inhame (usado tanto na alimentação quanto no culto às divindades) podem ser citados. Acho incorreto dizer que esse trânsito para cultura alimentar da África para o Brasil só vai acontecer com a abolição. Se assim fosse, como a gente explicaria as coisas que chegaram desde África, como os tecidos, o obi, a palha da costa, o sabão da costa, as estátuas e ferramentas das divindades, dentre outros tantos materiais de culto? A chegada desses produtos ao Brasil favoreceu a criação de um verdadeiro comércio que, aos olhos da vida econômica colonial, nem era percebido.

Cabe citar também o Dahomey, ou reino de Daomé:

Durante grande parte do século 19, o Reino do Daomé tornou-se um estado regional chave, depois de acabar com o status de tributário do Império de Oió. Visitantes europeus

(14) Nome dado por Marimba Ani à tragédia decorrente do processo de escravização negra pelo Atlântico, também chamado de holocausto africano. Mais sobre o pensamento de Marimba Ani está disponível no livro escrito por ela em 1994 chamado *Yurugu: Uma Crítica Africano-Centrada do Pensamento e Comportamento Cultural Europeus*.

(15) Sobre este aspecto Ângela Gomes nos relata que um número significativo de pessoas de etnias da Nigéria chegam aqui não como escravizados, mas sim como comerciantes de tabaco (ref), uma vez que a região da atual Nigéria foi a primeira e a maior produtora de tabaco do mundo.

(16) Para saber mais sobre símbolos *adinkra*, acesse: <https://ipeafro.org.br/acoes/pesquisa/adinkra/>

documentaram extensivamente o reino, e ele se tornou uma das nações africanas mais conhecidas pelos europeus. O Reino do Daomé era uma importante potência regional que tinha uma economia doméstica organizada baseada na conquista e no trabalho escravo, comércio internacional significativo e relações diplomáticas com os europeus, uma administração centralizada, sistemas tributários e um exército organizado. Notáveis no reino foram obras de arte significativas, uma unidade militar exclusivamente feminina chamada *ahosi* por observadores europeus e as elaboradas práticas religiosas de Vodum. (...) O reino finalmente caiu em 1894, quando o último rei, Beanzim, foi derrotado pela França na Segunda Guerra Franco-Daomeana, levando o país a ser anexado à África Ocidental Francesa como a colônia do Daomé francês, ganhando posteriormente a independência em 1960 como a República do Daomé, que mais tarde mudaria seu nome para Benim em 1975 (ref).

O *Dahomey* foi importante ponto de saída de pessoas para serem escravizadas nas colônias, meio que funcionando como um entreposto. “O porto da cidade de Ouidah foi a principal porta de saída de escravizados da África Ocidental, após terem percorridos inúmeros caminhos pelo interior do continente até aquela região atlântica. Os prisioneiros ficavam na Fortaleza de São João Batista de Ajudá, erguida pelos portugueses. Do porto saíam africanos escravizados que eram trocados, sobretudo, pelo tabaco vindo da Bahia, principal moeda de troca por escravizados ao longo da costa ocidental africana. O destino dos

escravizados, em sua maioria, era o Brasil” (ref). *Dahomey* também foi um importante centro de produção e exportação do óleo de palma (dendê).

Gostaria de citar, também, o caso de Moçambique, mais especificamente de grupos localizados mais ao sul do país. Lidando com a investida portuguesa desde 1507, Moçambique ofereceu resistência. Ao sul, foi por meio dos médicos tradicionais que as estratégias de enfrentamento foram organizadas. Na língua changana, esses médicos e médicas recebiam o nome de *Nyanga*, cujo plural é *Tinyanga*. Tive o prazer de conviver um tempinho com o Nélio, que é moçambicano, e ele me disse que as estratégias de guerra eram repassadas pelos ancestrais e divindades que, por meio dos *Tinyanga*, transmitia informações à comunidade sobre o que precisariam fazer e onde se encontrava o inimigo. Muitas batalhas foram vencidas graças às orientações recebidas por meio das possessões. Nunca tinha me ocorrido, até então, que entre sociedades tradicionais africanas, a possessão teria servido como uma estratégia de guerra. Já tinha ouvido que médicos tradicionais tinham função e relevância social e política, para além dos cuidados de saúde, participando da resolução de conflitos, da decisão sobre entrar ou não em uma batalha, abençoando tropas e a comunidade, mas nunca esse tipo de relato. Agradeço ao Nélio por ter compartilhado essa memória comigo.

Esse período da Modernidade que estamos falando (período ressurgente, de 1.500 e.c a 1.870 e.c) marca o começo do capitalismo enquanto sistema econômico da matriz europeia. O capitalismo comercial, baseado na prática mercantilista, é dessa época, século quinze em diante.

Os ideais expansionistas das sociedades europeias levaram a exploração colonial, que só deu certo, naquele momento, graças à exploração de mão de obra escravizada e à apropriação das tecnologias tropicais que existiam em África para uso nas regiões tropicais das colônias e à apropriação das tecnologias indígenas daqui. Portanto, é correto dizer que o capitalismo se forma e se consolida a partir do racismo e da escravização. Não se deveria conceber, hoje em dia, luta anticapitalista que não fosse antirracista, bem como luta antirracista que não fosse anticapitalista (17). Quem me despertou para essa reflexão foi Tatiana Nascimento, quando lá em 2020 eu fiz um curso com ela, chamado de “Privilégio Branco”. Ela me ensinou que o racismo como base econômica na colonização cria um sistema de exploração de corpos não brancos, funcionando como o primeiro ímpeto colonial, base para todas as demais opressões e intolerâncias que se manifestam e se reproduzem a partir de então. O racismo foi a base para a expansão do capitalismo e do modo de produção colonial. Houve argumentos (tecnologias)

muito úteis para justificar a exploração de corpos negros e indígenas sob o pressuposto de uma condição primitiva, não humana, de povos originários: a teoria social das raças, que considera humano somente o branco; a teoria do poligenismo; o discurso mítico cristão, que entendia as populações negras africanas como os descendentes de Cam, o filho amaldiçoado de Noé; a teoria biológica da cor da pele; o darwinismo social; a filosofia clássica, que considerava negros incapazes de pensar criticamente e produzir conhecimento e, por isso, seriam dados ao trabalho braçal; a eugenia; além de processos de escravização preexistentes (embora eles não tivessem se organizado baseando-se em raça. A ideia de raça é construída meio que nessa época).

O capitalismo, desde a época das colônias, vai se estender sobre os espaços e sobre as formas sociais, reproduzindo, além da colonização de corpos: o patriarcalismo (e a subjugação da mulher e do seu papel na sociedade, apoiado por teorias como o determinismo biológico, por exemplo (18)); a relação hetero-cis-normativa e mono-

(17) Ser anticapitalista não nos torna comunistas. Até entendo que na matriz civilizatória europeia se pense quase que exclusivamente nesses dois sistemas, pois eles nascem lá, no berço europeu, e são as formas modernas de sistema que, aparentemente, mais deram certo para essa matriz. Mas existem outras formas de organização possíveis, como as sociedades agroburocráticas distributivas do território africano, sejam aquelas com a autoridade centralizada, como os *Zulu* (África do Sul), os *Ngwato* (também da África do Sul), os *Bemba* (da Zâmbia), os *Banyankole* (de Uganda), e os *Kede* (do norte da Nigéria), ou ainda as sociedades de governo descentralizado, como as sociedades *Logoli* (de oeste do Quênia), *Tallensi* (do norte de Gana), e *Nuer* (do sul do Sudão), como relata Kwasi Wiredu em seu artigo disponível [aqui](#). Ademais, os modelos organizativos agroburocráticos distributivos de aldeias indígenas e de quilombos também servem de referência para pensarmos sistemas possíveis a partir de matrizes originárias da África e América. Uma curiosidade: as experiências das sociedades de governo descentralizado na África se tornam a base de pensamento que estrutura o conceito, a experiência e a proposta africana de anarquismo.

gâmica de forma compulsória, tida como um importante preceito social, inclusive para direito de herança; a coalizão entre Estado, igreja (cristã) e burguesia (19). Mesmo mais tarde, com as abolições da escravatura nas américas e o fim da exploração colonial das américas (que culmina nas declarações de independência e conformação das repúblicas modernas no continente), a gente não vê o fim do racismo. Isso porque as bases instituídas continuaram sendo muito úteis ao capitalismo. Então, saímos da colonização sem romper com as relações desiguais de poder e de dominação entre as nações. E essa hierarquia de poder relacionada a questão étnico-racial vai continuar se refletindo em todas as relações sociais nesse mundo livre industrial idealizado. Saímos da colonização, mas continuamos com as relações de **colonialidade**, que articulou as regiões periféricas na divisão internacional do trabalho com a hierarquia racial e étnica anteriormente criada para organização desse novo momento capitalista (capitalismo industrial): *para continuarmos a lógica da dominação e da dependência, continuamos a reproduzir racismo (ref)*.

Modernidade - período colonial africano (1.870 e.c - 1.960 e.c)

Esse período é marcado pela destruição dos Estados agro-burocráticos e colonização do território Africano.

(18) Lembra quando falamos sobre o patriarcalismo quando passávamos pela antiguidade remota? Pois é! Aqui ele vai se reproduzir além-Europa junto com a monogamia cis-hetero-normativa compulsória que, por sua vez, tem a ver com a reprodução e institucionalização da LGBTQIA+fobia.

(19) Com o tempo essa coalização vai se enfraquecer, mas, pelo menos na primeira fase desse sistema, ela foi de suma importância.

A África foi “fatiada” e dividida entre nações europeias. Bélgica, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, cada uma delas recebeu seu quinhão. Interessante é que a ocupação colonial da África vai ocorrer no momento em que se encerra a ocupação colonial das Américas, território que passa a ser incluído na dinâmica atualizada do capitalismo editada para a região: as relações de colonialidade, marcada pelos acordos desiguais com mais vantagens para as repúblicas do norte global, a manutenção da exploração primária dos “recursos” dos países do sul global, a consolidação das repúblicas como sociedades capitalistas (empobrecidas e a serviço da ordem capitalista global). Na África não. Lá era o momento da colonização. Processos muito duros, como os orquestrados pelos belgas no Congo vão marcar esse período. Tudo foi explorado na África colonial, exceto na Etiópia, que não foi colonizada e seguiu independente. Com grandes reservas minerais, a mineração teve, e ainda tem, destaque em algumas regiões. A Europa teve mais um ciclo de acúmulo de riquezas graças a exploração colonial africana.

Mas, lembremos de como a colonização acontece. Primeiro ocorrem missões para descrever as cosmopercepções, línguas e modos de vida (a colonização acontece a partir da língua do colonizado!). Depois é instituída uma elite colonial. Esse modelo se repetiu no território africano. Conforme me ensinou o professor Arthur Baptista, durante

o curso sobre cultura bantu, no século 19 a Europa vai voltar seu olhar para o continente africano e vai re-conhecê-lo.

Missões foram enviadas à África para coletar informações e mostrar ao colonizador os melhores caminhos para que a colonização desse certo. Exemplo disso é o trabalho publicado por Tempels: “Placide Tempels (1906-1977), missionário franciscano da Bélgica, publicou pela primeira vez seu livro ‘The Bantu Philosophy’ em francês em 1945 em Elisabethville, no Congo belga (cf. Tempels 1945c, 2001). Ao contrário do filósofo francês Lévy-Bruhl (1951, 1960), Tempels mostra que os Bantu [1A [...]] desenvolveram um sistema de pensamento do mundo e que este sistema é baseado em certos princípios fundamentais” (ref). Embora o trabalho de Tempels tenha sido originalmente desenhado para servir de suporte para o processo de colonização do território do Congo, de matriz cultural bantu, ele é considerado um dos trabalhos mais detalhados sobre a filosofia bantu, sendo ainda hoje utilizado para estudo, embora hoje existam trabalhos escritos por africanos e afrobrasileiros sobre o assunto. O que quero mostrar, com esse exemplo, é o quanto o processo de colonização é muito bem desenhado e conta com tecnologias e estratégias muito complexas e avançadas. Ela não é feita sem um amplo conhecimento sobre a sociedade a ser colonizada. Outra coisa que cabe menção, é o alvoroço que essa obra provoca ao afirmar que um povo africano possui filosofia, ao passo que era muito forte a corrente de pensamento que defendia que africanos eram incapazes de produzir conhecimento e que a filosofia vinha dos gregos. O processo de colonização da África é marcado pelo saque. Saque de riquezas, matérias-primas, objetos de arte.

O quanto de arte africana existe nos museus da Europa, repetindo o que aconteceu com as sociedades das Américas? Têm se falado tanto ultimamente do retorno do Manto Tupinambá, que passará a integrar o acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro... Para os Tupinambá não significou, contudo, uma devolução de fato, já que a peça continuará retida em um museu. Mas isso levanta a poeira da história para revelar inúmeros casos de roubo de peças artísticas-rituais-sagradas de sociedades originárias em períodos de colonização.

É nesse período que surge, como possibilidade de libertação africana e de coalização e cooperação entre pessoas negras de todo mundo, a tecnologia do pan-africanismo, voltado a valorização da cultura negra, combate ao racismo em África e na diáspora e articulação dos processos de independência dos países africanos. Vários nomes e vários episódios poderiam ser narrados aqui, mas este trabalho já está um pouco extenso, embora tenha falado de tudo de forma muito resumida. Vou me deter a falar de dois nomes que considero importantes e pouco lembrados. Um foi Marcus Mosiah Garvey, que, segundo consta na página do Baobá - Fundo para Equidade Racial:

nasceu no dia 17 de agosto de 1887 em Saint Ann’s Bay na Jamaica, (...) Já adulto (...) conseguiu uma vaga na imprensa do governo, iniciando a sua carreira como comunicador e jornalista político. Como ativista, Marcus iniciou expedições pela América do Sul e Central em 1910, denunciando as condições precárias de trabalho que estavam sujeitas a população negra. Passando por Costa Rica, Guatemala, Panamá,

Nicarágua, Equador, Peru e Chile, em alguns dos países visitados, Garvey publicava pequenos jornais contendo suas impressões sobre a realidade local. No Panamá ele publicou o La Prensa e na Costa Rica ele publicou o La Nacionale, esse último incomodou as autoridades locais, que chegaram a bani-lo do país. Em 1912, Marcus Garvey foi para Londres viver com a sua irmã. A experiência em território europeu foi muito importante para Garvey, tanto no sentido de entender o funcionamento de uma democracia quanto pelo fato de poder entrar em contato com vários africanos que, nascidos em outras colônias britânicas, iam estudar na Inglaterra. Em 1914, Marcus retorna a jamaica e funda a Associação Universal para o Progresso Negro (AUPN), também conhecido popularmente como o movimento 'Volta Para a África'. Os principais objetivos da AUPN era: Protestar contra o preconceito e a perda dos valores africanos. Estabelecer instituições de ensino para negros, onde se ensinasse a cultura africana. O desenvolvimento da África, livrando-a do domínio colonial e transformando-a numa potência. E auxiliar as pessoas vulneráveis em todo o mundo. Marcus Garvey, inclusive, foi eleito presidente provisório da África durante a convenção organizada pela AUPN em 18 de agosto de 1920" (ref).

Zaus Kush destaca, ainda, que:

1. Marcus Garvey construiu fábricas de bonecas Pretas para crianças Pretas.
2. Construiu um hotel.
3. Construiu uma rede de mercearias.
4. Sua organização tinha sua própria transportadora.
5. Construiu escolas.
6. Construiu restaurantes.
7. Sua organização tinha sua própria gráfica.
8. Fundou 3 jornais.
9. Seu principal jornal se chamava 'Negro World' (Mundo Negro) e era publicado também em espanhol e francês.
10. Sua organização comprou 5 navios e passou a praticar comércio internacional.
11. A organização de Marcus Garvey é proprietária de edifícios de escritórios.
12. Eles também compraram um auditório em Nova York, o principal lugar onde ele discursava. Esse lugar se chamava Liberty Hall.
13. Em 1922, a organização de Marcus Garvey tinha 6 milhões de membros.
14. Possuía filiais em 40 países.
15. Operava como um Governo Africano provisório.
16. Marcus Garvey também fundou seu próprio partido político, e o nomeou O Partido Político do Povo. Marcus Garvey fez tudo isso sem a ajuda do governo e sem diploma do homem branco. De Malcolm X a Kwame Nkrumah, Marcus Garvey é a inspiração de inúmeros líderes e movimentos negros ao redor do mundo. Até hoje! (ref).

É de Garvey a famosa frase: **“Qualquer liderança que te ensinar a depender de outra raça, é uma liderança que vai te escravizar”**.

Outra pessoa que gostaria de mencionar é Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau, “uma das figuras mais importantes na luta contra o colonialismo português e pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde no século 20” (ref). Ele foi uma das pessoas que inspirou a obra de Paulo Freire, que manteve intenso contato com Amílcar. O pensamento de Amílcar também contribuiu para a formação, no Brasil, do Movimento Negro Unificado. “Os pensamentos de Amílcar Cabral reverberaram em todo o continente e ajudaram a criar a ideia de pan-africanismo e de um ideal único anti-imperialista” (ref).

Na Cuba de 1966, durante a Primeira Conferência Tricontinental, Cabral se encontrou com Fidel Castro e líderes de outros movimentos revolucionários da Ásia, América Latina e África e, durante seu discurso, ele apontou que ‘a maior fraqueza’ das forças de libertação nacional ‘na luta contra o imperialismo’ era a ‘falta de conhecimento da realidade histórica’. Para Amílcar, o acesso ao conhecimento e à cultura - que o colonialismo negou aos povos da África - teve papel insubstituível nas lutas de libertação. (...) Ele argumenta que, em última análise, a base da libertação nacional está ‘no direito inalienável de cada povo ter sua própria história’, descrevendo o caráter cultural e de massa da luta pela revolução (ref).

Já aqui no Brasil, esse período representa os anos finais do período escravagista negro institucionalizado e início de uma série de ações do Estado para conter o corpo negro livre na sociedade. Nesse período são promulgadas a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, em 1871 e 1885, respectivamente. Embora na prática essas leis tenham tido pouca efetividade, num âmbito político mais amplo, já sinalizavam uma tendência de caminhar para instituir a abolição, que ocorre em 1888. O circuito de tráfico e trabalho escravo continuou ativo ainda por um tempo.

A elite brasileira sabia que a escravidão seria abolida mais cedo ou mais tarde e certamente os futuros ex-escravizados não receberiam trabalho, terra, moradia, escola, indenização. Eles se transformariam automaticamente, na visão dessa elite, numa grande massa perigosa, violenta, criminosa, sem nada a perder. Com a criminalização da vadiagem, a elite buscou garantir a sua própria proteção e conservar, não mais pela via da escravidão, mas por meio da lei, o controle sobre a população negra. A vadiagem foi um crime previsto no Código Criminal de 1830, o único do Império, e no Código Penal de 1890, o primeiro da República. Deixou de ser crime em 1940, quando Vargas assinou o Código Penal que está em vigor até hoje. A chance de enterrar definitivamente a vadiagem como delito, porém, foi perdida. Logo no ano seguinte, foi resgatada e incluída na Lei de Contravenções Penais. Na comparação com os crimes, as contravenções penais são delitos considerados menos graves. Por isso, os contraventores recebem

punições mais brandas que os criminosos (ref).

Essa Lei das Contravenções Penais de 1941 serviu como instrumento legal atualizado de validação da ação vigilante e das intervenções policiais que vitimizavam e criminalizavam a população negra. O hábito de andar com a carteira de trabalho no bolso é um resquício dessa política. Ainda hoje, nos comentários sobre a morte de pessoas negras por bala perdida ou durante operações policiais, é comum se ouvir “era um trabalhador”. Isso também é um resquício da lógica da abordagem policial pela lei da vadiagem.

Mas voltando a falar da abolição: é uma falácia dizer que a Inglaterra lutou contra a escravização, pois ela articulou um jogo político muito rentável. Por estar no controle das fiscalizações marítimas de tráfico ilegal, os ingleses continuavam lucrando com as “cargas ilegais” apreendidas: “Muitos desses africanos foram levados para colônias inglesas no Caribe, onde trabalharam sob condições bem parecidas com a escravidão” (ref).

Nessa época sobre a qual estamos falando, os zungus da região portuária do Rio de Janeiro já eram muito conhecidos e alvos de grande vigilância por parte da polícia:

Nos anos finais da escravidão, os zungus já eram espaços conhecidos e combatidos pela polícia, que chegava a eles por meio de denúncias e realizava batidas para acabar com os ‘batuques’, levando à prisão escravizados e muitos libertos. Mas isso não era suficiente para que a população negra urbana deixasse

frequentar os zungus, fazendo com que eles existissem mesmo após a abolição. A Casa da Tia Ciata, que nos anos finais do século XIX atuou como um importante espaço para a difusão do samba e demais manifestações culturais da população negra, para muitos estudiosos, representa uma vertente desses zungus do século XIX (ref).

Tia Ciata merece menção por tudo que representou para a comunidade negra do Rio de Janeiro na sua época. Tia Ciata era Hilária Batista de Almeida nascida no Recôncavo baiano (Santo Amaro) em 1854. Com 16 anos participou da fundação da irmandade da Boa Morte em Cachoeira, na Bahia. Já iniciada no candomblé, chega como a filha ao Rio de Janeiro aos 22 anos de idade, onde mais tarde forma família “com João Baptista da Silva, funcionário público com quem teve mais 14 filhos” (ref).

Foi uma das responsáveis pela sedimentação do samba-carioca e tornou-se uma espécie de primeira dama das comunidades negras da Pequena África (...). Mãe-de-santo afamada, Tia Ciata festejava seus orixás, sendo famosas suas festas de São Cosme e Damião e de sua Oxum, Nossa Senhora da Conceição. Nas festas suas habilidades de partideira a destacavam nas rodas de partido-alto, e seu neto Bucy Moreira aprendeu com ela o segredo do ‘miudinho’, uma forma de sambar de pés juntos que exige destreza e elegância, no qual Ciata era mestra. Logo após a cerimônia religiosa, antecedida por uma missa cristã, músicos e capoeiras amigos da casa

armavam um pagode com violões, pandeiros, ganzás e muito samba. Tia Ciata, partideira respeitada, não deixava o samba morrer, providenciando que as panelas sempre estivessem quentes, por vezes, promovendo em sua casa, saraus com chorões e bailes amaxixados no salão da frente, sem esquecer um bom samba lá no fundo do quintal, sempre com uma cerimônia de candomblé encerrando as festividades (ref).

Ciata trabalhou também como quituteira e na confecção de roupas de baianas para os desfiles carnavalescos da época. Para além de tudo isso, ela tinha prestígio também entre os políticos.

Se a medida de prestígio era o bom trânsito junto à Presidência da República, pode-se dizer que tia Ciata não tinha o que invejar em relação a Abedé. Ela foi chamada ao Palácio do Catete para tratar de uma ferida do presidente Venceslau Brás, que resistia a todos os tratamentos indicados pelos médicos. Curado por Ciata, Venceslau Brás expressou sua gratidão transferindo João Batista da Imprensa Nacional para a chefia de gabinete do chefe de Polícia. Assim, durante o mandato de Venceslau Brás (1914-18), as festas na casa de tia Ciata eram autorizadas, contando com o envio de dois soldados que iam fazer a segurança (ref).

Período Contemporâneo (1.960 e.c. adiante)

É o período em que ocorrem as independências políticas africanas e a implantação definitiva do neocolonialismo ocidental. Da mesma forma como aconteceu no processo de libertação dos territórios das américas, no continente africano as independências são marcadas pelos acordos com vantagens desiguais, que mantinham as antigas relações de dominância das sociedades do eixo norte sobre as sociedades do eixo sul. Muitos processos de conflito e guerra civil de hoje começaram quando os países africanos tiveram seus territórios administrativos definidos, não se respeitando os territórios de influência dos povos originários. Em muitas situações, povos historicamente rivais foram colocados no mesmo território administrativo, acentuando processos anteriores de disputa. Na nova configuração da geopolítica global na qual os países africanos passam a estar inseridos, logo também surgirão, nesses países, grupos armados contrários a ordem capitalista.

Aqui no Brasil, esse é um período marcado pela redemocratização. A Constituição de 1988 previa algumas garantias de direito e tutela de povos indígenas, embora não tenha sido suficiente para resolver a questão da demarcação de terras indígenas nem para encerrar o processo de genocídio de povos originários. O mesmo acontece com outras comunidades tradicionais, como quilombos, comunidades ribeirinhas, comunidades de pescadores e marisqueiras e comunidades caiçaras, por exemplo. Nos últimos anos, devido: a mudanças de ordem social mais ampla que favoreceram múltiplas expressões públicas de racismo; a investida do capital na tomada e capitalização de terras tradicionais;

Iyá me curou
por Carlos Pereira, 2024



e a instrumentos jurídicos, como o marco temporal (20); tem-se observado uma escalada na violência em comunidades tradicionais. Assassinatos de indígenas e quilombolas tem sido muito frequentes, inclusive de lideranças comunitárias, como Mãe Bernadete. Todo esse contexto compromete a luta das comunidades tradicionais de preservar seus modos de vida originários e suas tecnologias tradicionais. Dentre as comunidades de hoje, podemos citar algumas dessas tecnologias. Sobre cultura alimentar, destacamos as comunidades do Xingu, como os *Kuikuro*, que utilizam o pequi como base de sua cultura alimentar. Além do pequi, milho, batatas, mandiocas, são alimentos civilizatórios entre indígenas das américas.

Citamos, ainda, tecnologias guajajara contadas para nós pelo Cacique Urutau, da Aldeia Maracanã, aqui no Rio de Janeiro. Ele nos contou da tecnologia utilizada para dispersão das sementes de frutas: “Somos os maiores repovoadores, inconscientemente, de tantas frutas. Porque a gente comia guabiraba e engolia com caroço e tudo e, daqui a pouco, lá na frente, cagava e já saía adubado. Aí, comia pitomba, engolia o caroço e tudo, os criurí, os arará, também os tuturubás e outras plantas, a gente engolia com o caroço e cagava e já saía adubado. E quando a gente retornava lá naquele lugar dez anos, cinco anos depois, quatro anos, já estavam lá as frutas de novo” (ref). Ele nos contou também sobre o *atahal*:

Eu não sabia por que as mães guajajara logo fincavam umas madeirazinha quando o moleque só estava engatinhando. Ficava uma porção de pau, assim, no chão. Aí eu pensava: aqui não tem galinha, aqui não tem porco, aqui não tem nada. Por que os pauzinho enfiado no chão? Observava aquilo. É o chamado *atahal*. *Iwiratahal* são os paus de andar, porque a criança automaticamente já vinha ali engatinhando e se arrastando, mas uma hora ela ia sentir necessidade, naturalmente, de se agarrar em alguma coisa. Então, aquelas madeira, aqueles pau enfiado, assim, pequeno, depois maiorzinho, chama-se *atahal*, andador. *Ata* é o verbo andar. *Atahal* é o andador. Hoje, aqui, você vê no grande centro aquelas rodinhas assim, aquele negócio onde o pai coloca o filho e a mãe coloca a filha, lá dentro, e eles vão. Lá, não. Na Lagoa Comprida e em todas as reservas lá, nas aldeias, as mães já enfiavam os paus assim, ó, enfiava assim umas fileirinhas de pau. Eu não sabia o porquê, depois vi que era *atahal*. *Iwiratahal* é o pau andador, é o pau de andar. As crianças iam se segurando, daqui a pouco você ia andando e segurando. Saía andando” (ref).

O modo de vida de comunidades tradicionais se baseiam em suas cosmopercepções, que vão criar formas próprias de se pensar e de se fazer tecnologia nos mais diversos campos: alimentação, lazer, música e dança, oralidade, escrita, arte,

(20) Para saber mais sobre a regulamentação do marco temporal, acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm

habitação, cuidado em saúde, agricultura, caça, pesca, produção de bebida, organização comunitária e convívio, ritualística e encantamento, e por aí vai. Gostaria de citar uma tecnologia muito interessante criada por indígenas do nosso tempo em Manaus. Um centro de medicina indígena, o *Bahserikowi*. João Paulo Tukano é o grande fundador deste centro e, em um artigo que ele publicou, ele disse o seguinte:

O Centro de Medicina Indígena da Amazônia foi fundado no dia 06 de junho de 2017, por minha iniciativa, como membro do povo *Yepamahsã* (Tukano), e com apoio dos *Kumuã* (pajés) Manoel Lima, da etnia Tuyuca, Ovídio Lemos Barreto, e José Maria Barreto, ambos da etnia *Yepamahsã*, e com a colaboração de jovens indígenas Ivan Barreto, Cleofa Barreto, Josivan Barreto, da etnia *Yepamahsã* e da jovem indígena Carla Fernandes, da etnia Dessana. O centro conta com a parceria da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), do Núcleo de Estudo da Amazônia Indígena (NEAI/UFAM), além do apoio da agência de comunicação Amazônia Real. A iniciativa é fruto de experiências pessoais e familiares ao longo de doze anos, algumas negativas e outras positivas, no confronto entre o modelo de conhecimentos indígenas e a ciência, sobretudo com o modelo de tratamento de saúde biomédico. Muitos conceitos criados pela ciência para entender ou ‘desvendar’ o sistema de conhecimentos indígenas produziram um imaginário distorcido e muito distante das concepções indígenas. (...) Nossa intenção é que ele possa

fortalecer os conhecimentos indígenas nos conflitos ontológicos com a medicina, mas fortalecendo também as alianças possíveis para tratamentos que possam articular essas diferentes formas de curar e viver ([ref](#)).

Para ler o artigo completo, acesse [aqui](#). Não consigo dizer, agora, como povos e comunidades tradicionais pensam a tecnologia, que nome dão a ela, que histórias contam sobre ela, como a definem. Curiosamente, nunca conversei sobre isso nas comunidades em que eu estive. Mas tem um conceito muito simples que eu acredito caber ao contexto, que define tecnologia como aquilo que pensamos, fazemos e criamos para facilitar a vida. Gosto dessa definição pois nos coloca, a nós, pessoas comuns, nesse circuito de produção de tecnologia e, ao fazer isso, tira um pouco a tecnologia do domínio do capital e dos espaços universitários e laboratoriais, nos permitindo pensar a tecnologia a partir do nosso dia a dia, dos espaços onde vivemos. Tendemos a desqualificar nossa inventividade cotidiana, principalmente quando não somos pessoas “diplomadas” ou “estudadas”, colocando-a na dimensão da gambiarra. Muitas vezes, não consideramos tudo que fazemos pra facilitar a nossa vida como uma tecnologia. “Ah, mas eu não to criando nenhum equipamento ou máquina!” Mesmo nesses casos é possível identificar tecnologias; não esqueçamos que não é somente aquilo que é material, como uma máquina ou equipamento que é tecnologia. A área da saúde já debate isso há algum tempo.

Na área da saúde pública é divulgado que existem três tipos de tecnologia: as

tecnologias leves, que envolvem as relações e a produção de vínculo, autonomização, acolhimento, humanização do cuidado e gestão; as *tecnologias leve-duras*, que se referem aos saberes estruturados e suas teorias, tais como, a vigilância comunitária em saúde, a gestão comunitária de riscos, por exemplo; e as *tecnologias duras*, que se referem aos recursos materiais, como as máquinas e equipamentos, e aos regulamentos, como as normas e as estruturas organizacionais (Schraiber; Mota; Novaes, 2009).

Neste sentido, podemos pensar nos acordos de convívio como tecnologia, nas estratégias de criação e manutenção de vínculo como tecnologias, nas formas de cuidado e o trabalho reprodutivo como tecnologia. Nos conhecimentos tradicionais e populares de cuidado em saúde como tecnologia. Lembremos que podemos incluir no âmbito das tecnologias, além das ferramentas e das máquinas, as técnicas, os métodos e os processos de trabalho. Dessa forma, quando combinamos recursos disponíveis para resolver problemas e tornar a vida mais cômoda, estamos produzindo tecnologia. **Já parou pra pensar em quantas tecnologias não materiais você já utilizou/desenvolveu hoje?**

Nessa altura do nosso percurso juntas, você já deve ter percebido que muitas tecnologias que nascem em comunidades tradicionais são conhecidas e praticadas pela população geral. E isso é verdade. Tecnologias de povos e comunidades tradicionais têm, historicamente, contribuído para a construção de nossa identidade e de nossa “cultura popular”.

O consumo da farinha de mandioca, a pamonha, a tapioca, a maniçoba, o consumo

do arroz, do feijão, do inhame, da batata, do quiabo, do jiló, do angu... Estes são exemplos de elementos das culturas alimentares originárias das Américas e da África que se popularizaram na nossa sociedade, contribuindo para a formação da nossa cultura alimentar. Também no contexto das chamadas cozinhas regionais, percebemos essa influência. Por exemplo: a comida mineira tem grande influência da matriz bantu. A comida bahiana tem grande influência da matriz yorubana; a cozinha paraense, por sua vez, grande influência indígena, e por aí vai. Não só na alimentação a gente percebe isso. Na própria cultura popular de cuidado em saúde podemos verificar essa contribuição indígena africana e das américas:

Acreditamos que os hábitos populares e alternativos de cuidado em saúde da população brasileira contemporânea, principalmente a de classe popular, estejam fortemente influenciados por esse processo histórico que envolve opressões, apagamentos, mas também resistência e sagacidade. Tais hábitos se constituem nesse processo de interculturalidade que envolve saberes, práticas, tecnologias e espécies de diferentes origens, mas que se enraizam fortemente nos saberes de origem africana e indígena, ao ponto de considerarmos que as bases para a estruturação do campo da fitoterapia e plantas medicinais no Brasil são, em maior parte, herança de povos africanos e dos povos indígenas. A população brasileira da atualidade tem grande aceitação de práticas naturais de cuidado em saúde, como no caso do uso de ervas e de plantas medicinais. Tem-se alimentado,

também, o interesse da indústria farmacêutica pela utilização de plantas medicinais na produção de medicamentos (RODRIGUES, 2015). No Brasil, a publicação da portaria 971 de 2006 (BRASIL, 2006) e mais tarde da Portaria 849 de 2017 e 702 de 2018 (BRASIL, 2017; 2018) trouxe o reconhecimento das práticas alternativas que passaram a ser utilizadas como recurso complementar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Tudo isso contribuiu para que, hoje em dia, o debate sobre sistemas tradicionais de medicina, para além da fitoterapia e do uso de ervas e plantas medicinais, se mantivesse aquecido (ref).

Mantivesse aquecido, também, o debate sobre possibilidades de institucionalização, no âmbito do SUS, da medicina indígena e da medicina africana. No caso da medicina indígena esse debate está mais avançado e existe grupo de trabalho, criado pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde, dedicado a elaborar proposta de inclusão de medicinas indígenas no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) (ref).

Lembro que, quando eu era criança, a gente sempre recorria à benzedeira do bairro quando tinha alguma questão de saúde. Talvez pela confiança cultural no saber tradicional daquela mulher (preta) já idosa; talvez pela configuração do nosso território, onde não existia unidade de saúde e que ficava longe de alguma dessas unidades; talvez pela nossa condição financeira, pois sendo muito pobre seria complicado comprar qualquer remédio de farmácia que fosse indicado pelo médico, sendo mais fácil

recorrer às ervas e plantas que existiam no quintal daquela senhora do que incluir mais um item na longa lista do fiado na farmácia, pendurada já havia um bom tempo; talvez pela praticidade e rapidez, já que ela era nossa vizinha e nos recebia com facilidade. Independente do motivo, aquilo tudo, aquele contexto, se referia a uma tecnologia tradicional de cuidado em saúde: quebranto, espinhela caída, vento virado, mau olhado, cobreiro, zipela... tudo isso era tratado e curado por ela por meio de rezas, encantamento e dos preparados a base de suas ervas e plantas. Foi difícil pra nós quando ela morreu. Não havia mais ninguém pra benzer. Naquele bairro, não se produziu mais desse cuidado em saúde. Essa tecnologia não estava mais disponível.

É claro que na época eu não pensava nisso dessa forma, como tecnologia, mas agora essa percepção tem sido muito presente no meu trabalho e estudos sobre tecnologias de cuidado em saúde. Talvez pela sua importância pra produção de bem-viver, valor fundante de sociedades originárias indígenas da América Latina. Talvez por ter sido, desde muito cedo no processo de longa duração de desenvolvimento da espécie humana e das outras que lhe deram origem, algo que tenha favorecido ou mesmo facilitado a sua sobrevivência na Terra, como já abordamos antes.

As tecnologias de cuidado por meio da reza e benção estão sumindo mesmo. Hoje, dificilmente a gente vê nos territórios alguém que faça. Muito devido ao choque quando a cultura tradicional se encontra com a cultura ocidental: tanto no sentido da medicina desqualificar a legitimidade deste ofício, quanto pelas regras e proibições impostas por grupos religiosos de base cristã que consideram a benção como

paganismo, magia má, bruxaria, feitiço. Então, quando essas mulheres se inserem nesses grupos, elas deixam de benzer e muitas delas passam a acreditar que benzer contraria a “Deus”. É uma pena... Não estamos considerando aqui os jovens místicos que pagam seus cursos, fazem imersões e passam a se chamar benzedeiros. Estamos falando de um conhecimento de base comunitária e de validação comunitária que é racializado em suas origens e onde não se escolhe, se é escolhido. É importante pensar sobre isso para não romantizarmos nem relativizarmos processos contemporâneos e capitalistas de apropriação, especialmente no que se refere a práticas tradicionais de cuidado em saúde.

Num contexto científico ocidental mais amplo, podemos citar várias tecnologias modernas e contemporâneas inventadas por pessoas negras. No livro “A história preta das coisas” (2021) a pesquisadora Bárbara Carine Soares Pinheiro fala de algumas delas, como: o dispositivo de trava de elevadores, inventado por Alexander Miles; o telégrafo, inventado por Granville Tailer Woods; a lâmpada, inventada por Lewis Howard Latimer; o teste de sífilis, inventado por Willian Augustus Hinton; o absorvente feminino, inventado por Mary Beatrice Davidson Kenner; a tecnologia do GPS, desenvolvida por Gladys Mae West; a tecnologia 3D, inventada por Valerie Thomas.

Percebe que quando falamos de tecnologias no contexto de comunidades tradicionais não citamos o nome de uma pessoa como

autora dessas tecnologias? Ocorre que, no contexto de comunidades tradicionais, é muito comum que as invenções tenham sentido coletivo, não fazendo sentido determinar quem foi a pessoa que criou, pois a criação é da comunidade, para a comunidade. No contexto do ocidente já se presa mais pela autoria pois, como já falamos lá no início, envolve questões de propriedade intelectual, patentes e licença de uso. Não que eu considere isso ruim, até porque contribui muito para que as tecnologias do nosso povo não continuem sendo usurpadas e indevidamente apropriadas como se tivessem outra origem e autoria. É importante não repetir a história denunciada por George G. M. James no livro “O Legado Roubado” (21).

Moara Tupinambá nos lembra de algumas tecnologias conhecidas no ocidente que têm origem indígena: a borracha (látex) extraído das seringueiras, que já era utilizado por indígenas antes de ser explorada pelos colonizadores; a agricultura em solos elevados, tecnologia atribuída a indígenas das américas; a farinha de mandioca, que caiu na graça dos colonizadores e se tornou elemento importante de alimentação no Brasil colonial (ref). Giovanna Heliodoro também fala de tecnologias que vêm de sociedades indígenas: os óculos de sol, tecnologia atribuída aos povos Inuits; a mamadeira, atribuída aos iroqueses, que utilizavam tripas secas e untadas como forma de recipiente; as diferentes formas de rede (22), usadas por diversas sociedades indígenas para sono e descanso, cuja tecnologia de tecelagem envolve a utilização

(21) Neste livro, James questiona o mito da origem grega da filosofia e de outras tecnologias, abordando evidências que mostram que Kemet foi a origem de tais tecnologias.

(22) Além das redes de dormir, poderíamos citar, também, as redes de pesca.

de tipos variados de fibras naturais; o contraceptivo oral, desenvolvido por indígenas Shoshone e Navajo a base da planta *Columbia puccoon*; as pontes suspensas, que eram muito utilizadas, por exemplo, pelos Incas (ref).

Pessoas negras e indígenas continuam produzindo tecnologias e inovações, seja no âmbito de tecnologias convencionais, seja no âmbito das tecnologias tradicionais. Ficou faltando, com certeza, falar de muita e coisa e de muita gente! Nem falei do movimento que tem acontecido na música e na dança relacionado à ancestralidade negra e indígena. Nem falei de artistas negres e indígenas que tem se manifestado artisticamente por meio do rap, do trap, do funk. Não falei do cinema, do teatro, da literatura. Não falei do quem tem acontecido dentro das favelas, periferias e subúrbios no sentido de criação de tecnologias e de desenvolvimento de suas potências. Mas sinto que é momento de encerrar essa reflexão. Talvez porque meu objetivo principal era poder falar um pouco sobre a memória tecnológica indígena africana e das américas. Isso estava me consumindo, pois não encontrava isso relatado; não assim, da forma como eu gostaria. Trabalhar com tecnologia sem ter essa memória reunida, para mim, era um constrangimento; constrangimento maior do que aquele que surgia em mim ao ver pessoas que trabalham com tecnologia e que falam de desenvolvimento tecnológico sem citar povos e comunidades tradicionais.

Não quero ser refém de um discurso que apaga a memória e o legado do meu povo. Por isso, achei importante reunir essas memórias. Escrever esse texto me provocou muitos sentimentos. O primeiro de medo, o segundo de insegurança, o terceiro de

desânimo, o quarto de enjoo/entupimento, trava; o quinto de vômito onde tudo queria sair ao mesmo tempo e eu não conseguia mais parar. Ele foi produzido no tempo dele. Me feriu, me angustiou, mas não pelo que ele é ou pelo que eu podia oferecer a ele, mas de tudo que ele evoca. É um volume muito grande de coisa pra sair de dentro da gente. Mas que também liberta, pois precisamos de espaço para falar de nós, a partir do lugar da potência, a partir do lugar da criação, a partir do magnífico, do extraordinário, do deslumbre de tudo aquilo que fazemos e daquilo que já fizemos.

Termino esse texto feliz. Um pouco mais leve. Espero que meus antepassados e meus ancestrais estejam satisfeitos. Espero que eu tenha conseguido falar por eles, através deles, com as palavras deles. Fico emocionado por ter, enfim, conseguido. Você me entende? Espero que sim. E espero que vibre muito em você, que passou essa travessia comigo, e que pulse, e que queime. E que se torne inevitável e irresistível retornar pra buscar o que ainda ficou, pra que novos elementos sejam adicionados a esse relato, longo em páginas, mas muito breve em memórias. Gostaria de terminar resgatando mais algumas palavras de Zaus Kush:

O nosso caminhar pela vida é definido por uma infinidade de registros emocionais que se tornam regras para caminhar. Se a sua noção sobre o nosso Povo é apenas sob uma perspectiva de ‘quedas’, ‘conflitos’, ‘medos’, ‘dores’ e ‘derrotas’, isso definirá o seu caminhar com relação a ele. Registros emocionais limitantes são a causa número um dos fracassos. Via de comparação, o que aconteceu na

Revolução Ayitiana foi o oposto. Por meio da aplicação correta da nossa Ciência Espiritual, o registro emocional limitante gerado pelas circunstâncias da escravidão física, foi superado com a evocação de registros emocionais antiquíssimos sobre Poder. A evocação de uma Divindade é basicamente isso. Dessa forma, os nossos Ancestrais ignoraram limitações de qualquer espécie e venceram TODOS os exércitos considerados ‘poderosos’ na época. É por isso que a Mama Marimba Ani disse que ‘sua Cultura é o seu sistema imunológico’. É por isso que é sinalizado - o tempo todo - que você deve parar de absorver ‘narrativas’ sobre seu Povo oferecidas por membros de outros povos e seus servidores. É por isso que se diz que ‘escravidão não é história Africana; escravidão interrompeu a História Africana’. ‘I got Loyalty, got Royalty inside my DNA’. Quem celebra tombo, não caminha pra lugar nenhum. Inteligência emocional se cultiva e é a chave para o Poder (ref).

Que este relato possa ativar registros emocionais compatíveis com nossa grandeza e nos ajudar a caminhar pelo nosso bem viver.

Referências

As obras consultadas disponíveis na internet tiveram o acesso a elas informado junto com sua citação ao longo do texto, por meio dos ícones (ref).

Obras citadas, não disponíveis na internet:

BATSÍKAMA, P. Lumbu: a democracia no antigo Kôngo. Taubaté: Casa Cultura, 2014.

BATSÍKAMA, P. Dona Beatriz Nsîmba Vita. Aracaju: Ancestre, 2021.

DIOP, C.A. A Unidade Cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Luanda: Mulemba, 2014.

FRIGOTTO, G. Tecnologia. In: PEREIRA, I.B.; LIMA, J.C.F. (Orgs.). Dicionário da educação profissional em saúde. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 377-382.

FONSECA, M.B. Poderosas Rainhas Africanas. Aracaju: Ancestre, 2021.

GONÇALVES, A.M. Um defeito de cor. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOUSTON, D.D. Grandiosos etíopes do antigo império cuxita. São Paulo: Ananse, 2021.

MOORE, C. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ONÃ, T. Movimentos femininos Afropindorâmicos. Rio de Janeiro: Estudos Malungos, 2021.

PEREIRA, C.A.R. Tecnologia social em saúde: as práticas integrativas e complementares (PICS). (Módulo II). Rio de Janeiro: Coletyva Pyndorama, 2021.

PINHEIRO, B.C.S. A história preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

SCHRAIBER, L.B.; MOTA, A.; NOVAES,

H.M.D. Tecnologias em saúde. In: PEREIRA, I.B.; LIMA, J.C.F. (Orgs.). Dicionário da educação profissional em saúde. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 382-392.

Notas de aula

Márcio Paim, notas do curso virtual “Introdução ao pensamento de Cheik Anta Diop”, 2022.

Samira Xavier, notas do curso virtual “O que chamamos de amor é trabalho não remunerado”, BRAVA, 2021.

Letícia Nascimento, notas do curso virtual “Privilégio Branco”, 2020.

Arthur José Baptista, notas do curso de extensão presencial sobre “Cultura Tradicional Bantu”, Colégio Pedro II, 2023.